

Caderno Millenium Entrevistas 2023.2



Aod Cunha
Alejandro Bongiovanni
André Gomma de Azevedo
Andrezza Rosalém
Bruno Carazza
Camila Telles

Celina Beatriz Bottino
Diogo Mac Cord
Fernando Schüler
Felipe Cavalcante
Felipe de Melo Fonte
Ian Vásquez

João Victor Guedes-Neto
Julio Isamit
Laura Müller Machado
Lior Abutbul
Marcos Falcone
Maria Carolina Gontijo

Oscar Vilhena
Ricardo Birmann
Sérgio Sá Leitão
Virgínia Bracarense Lopes

Cabeçalho

Título da Publicação: Caderno de Entrevistas Millenium 2023.2

Autor(es): Instituto Millenium

Data de Publicação: 15 de janeiro de 2024

Informações Básicas

Edição: 1^a edição

Idioma: Português

Número de Páginas: 120

Formato: Impresso e versão PDF

Conteúdo

Resumo: Consolidação das 23 entrevistas realizadas pelo Instituto Millenium no período de setembro a dezembro de 2023.

Palavras-chave: Brasil, Economia, Agilidade Institucional, Democracia, Tecnologias, Futuro, Desafios

Detalhes Técnicos

Software Utilizado: InDesign

Contribuidores: Designer: Caio Santos

Direitos Autorais

EEsta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A reutilização é permitida desde que a fonte original seja devidamente citada.



Contato

Endereço para Correspondência: Alameda Santos, 2356, 8º andar, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP: 01419-002

Website: institutomillenium.org.br

E-mail de contato: secretaria@institutomillenium.org.br



De setembro a dezembro de 2023, o Instituto Millenium realizou 23 entrevistas em torno dos assuntos e desafios mais importantes do Brasil. São diálogos que abordam as seis verticais do instituto: Agilidade Institucional, Crescimento Econômico, Futuro das Cidades, Mobilidade Social, Tecnologias Emergentes e Progresso Ambiental.

Com contribuições de líderes de pensamento brasileiros e internacionais, trazemos um mosaico de insights diversificados. Entre os participantes estão Alejandro Bongiovanni, André Gomma Azevedo, Andrezza Rosalém, Aod Cunha, Bruno Carazza, Camila Telles, Celina Beatriz Bottino, Diogo Mac Cord, Felipe Cavalcante, Felipe de Melo Fonte, Fernando Schüler, Ian Vásquez, João Vitor Guedes-Neto, Júlio Isamit, Laura Müller Machado, Lior Abutbul, Marcos Falcone, Maria Carolina Gontijo, Oscar Vilhena, Ricardo Birnann, Sérgio Sá Leitão e Virgínia Bracarense Lopes.

Mais do que um registro, esse material amplifica novas vozes e posiciona nosso Instituto como plataforma catalisadora para o intercâmbio de ideias. Cada pergunta é uma provocação, um convite ao pensamento e à reflexão necessária para entender e mudar o Brasil e a era em que vivemos.

O Millenium não é apenas um agregador de opiniões de especialistas. É uma plataforma com a vocação de moldar o cenário público do Brasil com ideias transformadoras e valores da democracia liberal. Nossa missão envolve criar novas convergências de lideranças em torno desses valores. O escopo e a profundidade dessas entrevistas buscam atingir acadêmicos e formuladores de políticas, mas também pioneiros empresariais e a sociedade civil engajada. Nossa contribuição para o debate público de hoje é uma ferramenta de transformação para o futuro de um Brasil mais livre, próspero e justo.



Diogo Costa
Diretor Executivo



Equipe

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Presidente do Conselho de Governança

Diogo Costa

Diretor Executivo

Priscila Chammas

Gerente de Conteúdo e Redes Sociais - Responsável pela realização das entrevistas

Rafael Leite

Research Fellow - Responsável pela realização das entrevistas

Débora Nunes dos Santos

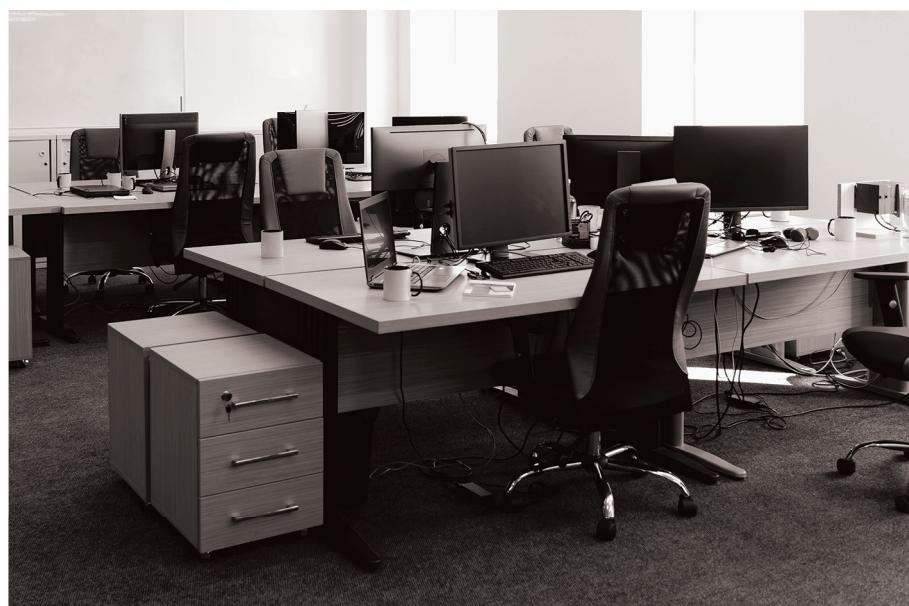
Gerente de Operações

Nayara Regina Lima

Coordenadora Administrativa-financeira

Caio Santos

Designer - Responsável pelo projeto gráfico e diagramação



Sumário

Precisamos de reformas que diminuam o espaço da Constituição de 88. <i>Felipe de Melo Fonte</i>	07
Minirreforma eleitoral traz retrocessos em relação à transparência. <i>Bruno Carazza</i>	12
A abordagem sobre regulação do trabalho em apps deve ser consultiva e adaptativa. <i>Celina Beatriz Bottino</i>	16
Para modernizar o judiciário, é preciso equilibrar tecnologia e mudança de práticas. <i>André Gomma de Azevedo</i>	20
Harmonia e Autocontenção sobre o Impasse entre STF e Congresso. <i>Fernando Schüler</i>	26
Objetivo do Marco do Saneamento era garantia de atendimento ao cidadão. <i>Diogo Mac Cord</i>	31
Israel é muito menor que o Brasil: muitos de nós temos conexões por toda parte. <i>Lior Abutbul</i>	35
Não existe uma rejeição aos extremos nas recentes eleições políticas. <i>João Victor Guedes-Neto</i>	40
Massa justificará sua gestão econômica; Milei buscará eleitores mais velhos. <i>Marcos Falcone</i>	46
A voz do agro moderno: derrubando mitos sobre o agronegócio brasileiro. <i>Camila Telles</i>	50
Entre impostos e exceções: uma análise sobre o relatório da reforma tributária. <i>Maria Carolina Gontijo</i>	55
Prosperidade sustentável e coesão social só se alcançam com crescimento econômico e liberdade. <i>Ian Vásquez</i>	59

Sumário

A disputa interna prejudicou muito a oposição: Reflexões sobre as eleições argentinas. <i>Alejandro Bongiovanni</i>	63
Limites do Poder: uma análise da PEC 8/2021 e o futuro da justiça constitucional no Brasil. <i>Oscar Vilhena</i>	67
PL 3954/2023: as mudanças na Lei de Licitações. <i>Bruno Carazza</i>	72
Livro lançado pelo Insper revela que ensino técnico eleva a renda em 32%. <i>Laura Müller Machado e Andrezza Rosalém</i>	77
O PISA mostrou um resultado trágico da oferta estatal de educação. <i>Fernando Schüler</i>	82
Revisão do zoneamento de São Paulo é tímida, mas está na direção certa. <i>Felipe Cavalcante</i>	85
As medidas de ajuste fiscal na Argentina. <i>Aod Cunha</i>	90
Reflexões sobre a rejeição de uma nova constituição no Chile. <i>Julio Isamit</i>	94
OReforma nas Compras Públicas: os Impactos do Novo PL 3954/2023. <i>Virgínia Bracarense Lopes</i>	100
Inovação e Urbanismo: o Impacto da Cidade Urbitá em Brasília. <i>Ricardo Birmann</i>	106
Lei Rouanet em foco: aprovação recorde de recursos para captação. <i>Sérgio Sá Leitão</i>	113

Agilidade Institucional

Precisamos de reformas que diminuam o espaço da Constituição de 88

O Instituto Millenium entrevistou Felipe de Melo Fonte, professor de Direito Constitucional na FGV Direito Rio, mestre e doutor em direito público pela UERJ, e Master of Laws pela Harvard Law School. Fonte é autor do livro “Jurisdição Constitucional e Participação Popular”, publicado em 2017 pela editora Lumen Juris, uma obra que examina o impacto da TV Justiça no contexto jurídico brasileiro.

Felipe de Melo Fonte

Felipe de Melo Fonte, professor de Direito Constitucional na FGV Direito Rio, mestre e doutor em direito público pela UERJ, e Master of Laws pela Harvard Law School.

Publicada em 08/09/2023



Instituto Millenium

Sob a perspectiva constitucional, a decisão do ministro Toffoli respeita o devido processo legal ao anular provas obtidas de forma questionável? Quais podem ser as implicações disso para o sistema judicial brasileiro?

Felipe de Melo Fonte

Essa decisão do ministro Toffoli é um marco de uma sequência de ações do Supremo Tribunal Federal que vem, consistentemente, apontando para inconstitucionalidades e ilegalidades na operação Lava Jato. É de suma importância ressaltar que o STF tem o dever constitucional de ser o guardião da carta magna, interpretando e zelando pelas garantias fundamentais, inclusive no âmbito do processo penal, um direito resguardado desde tempos históricos, como evidenciado na Magna Carta de 1215 e na Declaração de Direitos do Homem de 1789.

Nesse sentido, é esperado que o tribunal atue na proteção desses direitos, podendo inclusive anular investigações que não estejam em conformidade com eles. O aspecto central, talvez, seja a busca por uma atuação estável e clara por parte do tribunal, estabelecendo, por exemplo, os limites de interação entre um juiz e um procurador ou promotor de justiça, a fim de evitar qualquer suspeição. A clareza nesses parâmetros será vital para que os órgãos de controle e tribunais inferiores possam se alinhar aos precedentes do STF, minimizando zonas de incerteza ou ambiguidade nas decisões judiciais.

Instituto Millenium

Essa decisão acaba por enfraquecer o combate à corrupção no Brasil? Em sua visão, como conciliar o respeito ao devido processo legal com a continuidade de investigações complexas como essa?

Felipe de Melo Fonte

Com relação ao enfraquecimento do combate à corrupção, há de fato uma certa frustração social devido às decisões recentes do Supremo Tribunal Federal. Muitos depositaram esperanças na Lava Jato como uma ferramenta para estabelecer uma política mais íntegra no Brasil, e as perspectivas podem ter diminuído nesse aspecto. No entanto, é fundamental salientar que o combate à corrupção precisa seguir as normas estabelecidas pelo Estado Democrático de Direito.

O principal desafio atualmente está na interseção do devido processo legal e da eficácia das instituições que combatem a corrupção. Não é necessariamente o término da Lava Jato

que é preocupante, mas a falta de clareza nas expectativas e responsabilidades dos agentes públicos envolvidos em tais operações, impedindo uma condução lícita das mesmas. Esta falta de definição clara pode ser a raiz de várias operações sendo anuladas pelos tribunais superiores, como vimos com mudanças nas decisões relativas à jurisdição competente no caso da Lava Jato.

Assim, mais do que o possível fim da Lava Jato, é essa incerteza na jurisprudência que torna operações complexas mais suscetíveis a anulação, o que, consequentemente, pode prejudicar o processo de combate à corrupção no país.

Instituto Millenium

Considerando o que estabelece a Constituição Federal sobre publicidade e fundamentação das decisões do STF, haveria alguma forma, dentro dos parâmetros constitucionais atuais, de tornar os votos dos ministros do STF sigilosos, conforme proposta do presidente Lula? Por quê?

Felipe de Melo Fonte

A Constituição Federal estabelece claramente a necessidade de transparência e fundamentação das decisões judiciais, como é indicado no artigo 93. A proposta de votos sigilosos parece conflitar com esses preceitos constitucionais e históricos. Embora seja possível criar decisões sigilosas em certas circunstâncias, como em casos envolvendo menores ou crimes graves, a ideia de tornar os votos dos ministros sigilosos é outra coisa.

Seria uma tentativa de ocultar a posição individual de cada ministro durante a votação, algo que acho complicado de conciliar com a Constituição atual e que provavelmente exigiria uma reforma constitucional. Além disso, considero que essa mudança seria prejudicial, especialmente considerando o papel significativo que o STF desempenha atualmente no cenário político do Brasil, muitas vezes tendo que tomar decisões que afetam diretamente a administração governamental.

O STF tem ministros que se especializaram em determinadas áreas, como segurança pública (Fachin) e questões indígenas (Barroso), desempenhando um papel vital na sociedade. Dessa forma, parece justo que os ministros assumam a responsabilidade política por suas decisões, mantendo a transparência nas votações. Importante ressaltar que, embora seja adequado atribuir essa responsabilidade aos ministros, ataques e insultos pessoais não devem ser tolerados, sobretudo em espaços privados.

Instituto Millenium

Como a relação das cortes superiores brasileiras com transparência e sigilo, discrição e publicidade, se compara com as de outros países de referência?

Felipe de Melo Fonte

Os modelos constitucionais de países de referência, como o Tribunal Constitucional Alemão e a Suprema Corte dos Estados Unidos, diferem bastante do nosso, principalmente em termos de transparência e publicidade. Lá, embora possam transmitir julgamentos publicamente, como no Reino Unido, as deliberações geralmente ocorrem em ambientes sigilosos, apenas divulgando os debates orais e a decisão final. Além disso, os ministros dessas cortes não possuem a mesma proeminência pública e protagonismo que os nossos, evitando interações frequentes com a imprensa.

Essa distinção é fruto de vários fatores. Um deles é a cultura, e o outro é a nossa tradição de constitucionalismo dirigente, de raiz ibérica, que estabelece constituições detalhadas e atribui ao STF a responsabilidade de assegurar que as promessas feitas na Constituição sejam cumpridas. Essa configuração faz com que o STF assuma, muitas vezes, um papel protagonista, evitando a omissão e optando por atuar ativamente na sociedade.

Essa decisão de não ser omissa, pós-ditadura, levou a uma relação mais política e pública com a sociedade, refletindo em aparições frequentes na mídia e decisões de grande impacto social. Entendo que, devido ao nosso desenho institucional e cultura, era quase inevitável que o STF e seus ministros tivessem essa relação mais conturbada e visível com a população, marcando presença constante nos meios de comunicação e redes sociais, uma consequência direta dessa dinâmica.

Instituto Millenium

Como a polarização política mais ampla da sociedade pode estar influenciando a percepção pública dos votos individuais e decisões do STF?

Felipe de Melo Fonte

O Direito Constitucional e as constituições, de modo geral, são construções sociais, não são elementos encontrados na natureza ou comparáveis às leis da Física. São uma criação humana que reflete consensos sobre determinados valores fundamentais da sociedade, sendo o mais central deles a ideia de igualdade política. É impossível manter a estrutura constitucional que temos sem reconhecer as pessoas como iguais politicamente.

No entanto, temos notado que a atual polarização política tem erodido os espaços de

consenso nos quais as cortes constitucionais tradicionalmente operam, diminuindo a coesão social que é a base do constitucionalismo. Isso tem levado a uma percepção pública de que as decisões do tribunal podem ser vistas como ilegítimas, especialmente quando se trata de temas que dividem a sociedade.

Talvez estejamos nos encaminhando para um momento onde serão necessárias reformas que reduzam o papel da Constituição de 1988 na vida da sociedade brasileira, visto que muitos dos consensos de então já não são mais unâmines hoje. Isso faz com que o tribunal tenha que tomar posições em temas polêmicos, e se a polarização aumentar ainda mais, pode ser que, no futuro, uma parcela significativa da população veja as regras constitucionais como completamente ilegítimas, criando um ambiente propício para conflitos civis, como o que observamos no dia 8 de janeiro.

Isso tem um efeito direto na maneira como os votos dos ministros do STF são percebidos pelo público. No entanto, é preciso ressaltar que, mesmo neste cenário, os ministros não estão isentos de críticas. Em uma democracia, é direito da população criticar livremente as decisões do tribunal constitucional, sugerir mudanças no modelo da corte e nos mandatos dos ministros. Não é justificável tentar silenciar críticas às decisões dos ministros, sejam elas quais forem. Todas as decisões estão abertas a críticas, inclusive aquelas que vêm acompanhadas de paixão e fervor por parte da população.

Minirreforma eleitoral traz retrocessos em relação à transparência

Com 367 deputados favoráveis e 86 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada, o texto de uma nova “minirreforma eleitoral”. Entre os pontos mais polêmicos, a proposta permite que o fundo eleitoral seja usado em despesas pessoais dos candidatos, tais como compra de embarcações e aeronaves, flexibiliza e dificulta punições eleitorais e permite que candidatos homens também possam usufruir dos recursos destinados às candidaturas de mulheres. O texto segue agora para o Senado, onde não deve demorar para ser votado, uma vez que a proposta precisa ser aprovada até o dia 5 de outubro, para que possa valer já para as próximas eleições.



Bruno Carazza

Bruno Carazza é Doutor em Direito, mestre em Economia e professor associado da Fundação Dom Cabral.

Instituto Millenium

A Câmara dos Deputados aprovou na última quinta-feira uma minirreforma eleitoral. Quais são as mudanças mais significativas propostas, e como elas podem impactar o sistema político atual?

Bruno Carazza

Houve muito pouco debate sobre as propostas, e ele foi conduzido não por uma comissão na Câmara, mas por um grupo de trabalho, com pouca transparência. Poucos especialistas foram consultados, houve pouco debate na sociedade e, salvo um ou outro ponto de melhoria, a reforma traz vários retrocessos em relação à transparência e ao bom uso de recursos públicos nas campanhas.

Instituto Millenium

Uma das mudanças propostas permite que os recursos dos fundos partidário e eleitoral que hoje são exclusivos em campanhas femininas possam ser usados também para despesas comuns com candidatos homens. Outro item flexibiliza a cota de gênero nas federações, permitindo que uma sigla compense a outra nesta obrigação. Você acredita que isso afetará a representatividade de mulheres no sistema eleitoral?

Bruno Carazza

O propósito da minirreforma, oficialmente, é esclarecer dúvidas, mas na verdade houve um retrocesso nessa questão. Houve uma flexibilização no uso dos recursos, na cota de recursos para candidaturas femininas e de pessoas negras, que agora podem ser compartilhados com dobradinhas com candidatos brancos e homens, o que vai representar uma diminuição dos recursos ou mau uso de recursos para essas candidaturas. Também houve uma flexibilização na cota partidária de candidaturas. No caso das federações, o percentual de 30% deixa de ser computado individualmente por cada partido, mas pela federação como um todo.

Com essa mudança de regras, há um incentivo para que os partidos grandes, que têm mais estrutura e mais dinheiro, lancem candidatos homens e deixem a cota da federação ser preenchida pelos partidos menores, que são menos estruturados e têm menos recursos. Então também é uma medida contra as candidaturas femininas. Também tem uma mudança de entendimento, na qual se coloca condições cumulativas para configurar um crime ou uma sanção pelas candidaturas laranjas de mulheres. Agora você tem que comprovar que o partido não realizou atos de campanha e a mulher teve uma votação insignificante, o que vai tornar mais difícil a penalização dos partidos que não promoverem as candidaturas femininas.

Instituto Millenium

O que achou da mudança no cálculo das sobras?

Bruno Carazza

Nesse caso eu não tenho muitas oposições à medida. É uma medida feita para incentivar a consolidação dos partidos grandes, e isso, a meu ver, faz sentido. É algo que é coerente com outras medidas que foram adotadas nos últimos tempos, como o fim das coligações e a cláusula de desempenho. Então, a mudança do cálculo de sobras, apesar de ser polêmico, apesar de que seria desejável que tivesse mais debate, eu acho que vai no sentido que é louvável, para a consolidação do sistema partidário eleitoral brasileiro nos partidos maiores.

Instituto Millenium

A minirreforma também elimina a prestação parcial de contas, torna os recursos do fundão eleitoral impenhoráveis e reduz o período de inelegibilidade para candidatos condenados. Existe alguma razoabilidade nessas mudanças?

Bruno Carazza

Ela fragiliza bastante toda a estrutura de transparência e controle sobre o bom uso de recursos públicos e privados durante as campanhas eleitorais. Eliminou a prestação parcial de contas, dispensou a apresentação de comprovantes, de recibos para uma série de despesas, tirou algumas despesas da obrigatoriedade, permitiu o uso de fundo partidário para a compra de aviões e de embarcações... É mais uma estratégia dos partidos para terem maior liberdade para usar os recursos, que foram turbinados nos últimos anos.

Nas eleições passadas nós tivemos R\$ 1 bilhão de fundo partidário e praticamente R\$ 5 bilhões de fundo eleitoral. É muito recurso público sendo destinado aos partidos, e a cada ciclo de reformas eleitorais, essas regras de transparência e de controle vêm sendo fragilizadas. Não há justificativa, não há razoabilidade para isso. O projeto argumenta que é para simplificar, que é para desburocratizar, mas na verdade isso é para permitir que os partidos e os candidatos tenham maior flexibilidade para gastar, e muitas vezes de forma não idônea, esses recursos públicos que são destinados à promoção das campanhas.

Instituto Millenium

No contexto brasileiro, temos visto uma atuação bastante proativa da justiça eleitoral, que muitas vezes adota uma postura criativa na interpretação da legislação em vigor. Nesse

cenário, como você enxerga a dinâmica entre as constantes mudanças nas regras eleitorais promovidas pelo legislativo e o papel ativo da justiça eleitoral? Seria esta uma causa ou consequência das frequentes modificações legislativas?

Bruno Carazza

Isso é algo que é inerente ao sistema. Nós temos um sistema eleitoral que é realmente muito complexo, e como a gente tem um legislativo que altera muito essas regras, você não tem estabilidade delas. Praticamente a cada dois anos a gente tem uma minirreforma eleitoral que muda as regras, abre novas possibilidades, fecha outras. Isso acaba demandando um ativismo forte por parte da justiça eleitoral. Então, não vejo algo como abusivo sendo realizado pela justiça eleitoral, ela tenta cobrir lacunas que a frequente mudança de legislação deixa.

Instituto Millenium

Na sua opinião, que outras mudanças seriam efetivas para, de fato, melhorar nosso sistema eleitoral?

Bruno Carazza

A gente deveria, na verdade, encaminhar para um sistema mais simples, mais efetivo, que fosse mais claro também para o eleitor. Mas a gente não tem clima político e nem interesse no nosso sistema político para atacar problemas que a gente tem, que são mais crônicos, como a falta de coerência ideológica dos partidos. Temos muitos partidos, que lançam muitos candidatos. Temos um sistema de financiamento eleitoral muito ruim, os partidos agora ficam extremamente dependentes de recursos públicos, estão viciados no fundo eleitoral e no fundo partidário, dado o volume desses recursos.

Temos uma eleição que é disputada em regiões muito grandes, no âmbito dos estados, então a gente precisaria fazer uma discussão sobre tamanho de distritos eleitorais, sobre lista aberta e lista fechada, sobre sistema proporcional ou não. Mas são discussões muito mais estruturais, e a gente sabe que não há interesse político nem da direita, nem da esquerda, nem de partidos grandes nem pequenos para alterarem isso, então a gente acaba ficando refém dessas minirreformas eleitorais que acabam, de uma forma geral, mais prejudicando do que contribuindo para um bom sistema eleitoral aqui no Brasil.

A abordagem sobre regulação do trabalho em apps deve ser consultiva e adaptativa

Em resposta à rápida expansão da economia de plataforma no Brasil, em junho o Governo Federal instituiu um grupo de trabalho tripartite, com participação de representantes de trabalhadores, das empresas e do próprio governo, com o objetivo de consensuar propostas regulatórias para este setor. Espera-se que as conclusões deste grupo sejam publicadas no início de outubro. No entanto, o aparente avanço das negociações indica a existência de fortes impasses entre trabalhadores e empresas, o que sugere que o grupo pode chegar a poucos pontos de consenso.



Celina Beatriz Bottino

Celina Bottino é Diretora de Projetos do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS). É formada em Direito pela PUC-Rio com mestrado na Universidade de Harvard.

Publicada em 27/09/2023

Instituto Millenium

Em face da emergência da economia de plataforma e seus desafios na área trabalhista, como o ITS percebe a necessidade de inovação na regulamentação e a importância da tecnologia nesse debate?

Celina Bottino

Nós do ITS conduzimos uma pesquisa, que já foi publicada, sobre como os termos ligados à tecnologia, como “algoritmo”, estão sendo considerados nas decisões judiciais. Surpreendentemente, mais de 90% dessas menções estão relacionadas à justiça do trabalho, com destaque para a ideia de “subordinação ao algoritmo”.

Isso aponta para uma evolução na forma como as relações de trabalho estão sendo interpretadas no contexto da economia de plataforma. Se antes a subordinação era percebida em relação ao empregador ou à empresa, agora há uma nova nuance: a subordinação ao algoritmo.

Essa tendência que observamos nas decisões judiciais indica uma possível insegurança jurídica. Dado o cenário atual, com falta de clareza legislativa, o judiciário é frequentemente acionado para interpretações, o que pode resultar em diferentes entendimentos. Portanto, destaco a importância de um diálogo abrangente e multissetorial, buscando estabelecer parâmetros mais claros e adequados para este setor em constante evolução.

Instituto Millenium

Considerando as complexidades em mercados de dois lados, como plataformas, existe algum arranjo institucional que seja capaz de preservar escolha e flexibilidade do modelo sem inibir inovações, nivelando o campo de jogo entre trabalhadores e plataformas?

Celina Bottino

Estamos claramente diante de um cenário novo e desafiador. A economia de plataforma e as tecnologias que a impulsionam são emergentes, o que significa que os arranjos institucionais tradicionais muitas vezes não se aplicam de maneira direta ou eficaz. Portanto, precisamos construir novos arranjos que sejam adaptados a essa realidade. A chave para isso é garantir um processo participativo e multissetorial. O GT do governo, por exemplo, está se movendo na direção correta ao buscar envolver múltiplos stakeholders no diálogo.

Entretanto, um dos desafios é reconhecer que os trabalhadores da economia de plataforma não são um grupo homogêneo; eles têm variadas necessidades e perspectivas. Para abordar essa complexidade, no ITS, estamos trabalhando na criação de uma plataforma chamada

Conecta Trabalhadores, que visa agregar e sintetizar as demandas destes trabalhadores. Esta ferramenta busca identificar se há consensos emergentes ou se as opiniões são diversas. A ideia é tornar o processo de regulação mais refinado e alinhado com as realidades no campo.

Além disso, a transparência é uma questão transversal que não se limita apenas à economia de plataforma. Por exemplo, o debate sobre a regulação das redes sociais e a demanda crescente por transparência nos algoritmos também se insere nesse contexto. Há um consenso geral de que as plataformas precisam ser mais transparentes em suas operações, mas o desafio reside em equilibrar essa necessidade de transparência com a proteção do segredo de negócios e a promoção da inovação. Não queremos criar regulamentos excessivos que possam desencorajar a inovação ou torná-los rapidamente obsoletos devido ao avanço tecnológico.

Instituto Millenium

Com o surgimento de tecnologias web 3.0 e plataformas descentralizadas, por que essas novas abordagens ainda não substituíram ou impactaram significativamente os modelos de plataforma tradicionais, como Uber? Quais são os obstáculos ou desafios para que modelos mais descentralizados alcancem maior adoção e possivelmente mudem as relações de trabalho e regulação nesse setor?

Celina Bottino

Uma questão fundamental ao considerar a adoção de tecnologias web 3.0 e plataformas descentralizadas é a insegurança jurídica. Atualmente, no Brasil, a incerteza legal pode ter um impacto direto no ritmo de investimentos e no desenvolvimento dessas novas abordagens. É crucial notar que o modelo atual, onde as relações de trabalho estão em um limbo jurídico, apresenta riscos. Decisões judiciais recentes, como a que obrigou o Uber a contratar motoristas sob o regime da CLT [1], introduzem elementos de imprevisibilidade e, muitas vezes, não refletem o desejo da comunidade envolvida, incluindo muitos dos próprios motoristas.

Quando falamos sobre web 3.0, estamos introduzindo um novo nível de complexidade regulatória a um setor já repleto de desafios. Para garantir que a adoção dessas tecnologias inovadoras não seja prejudicada, é imperativo que o processo regulatório seja participativo e inclusivo. A mera existência de uma regulação não garante progresso, especialmente se essa regulação limita a inovação ou não está em sintonia com a realidade do setor.

Podemos olhar para o Marco Civil da Internet como um exemplo de sucesso em regulamentação no ambiente digital. O processo de sua aprovação foi marcado por consultas públicas e participativas. E o fato de ele ter resistido e se mantido relevante ao

longo dos anos demonstra que atendeu bem ao propósito para o qual foi criado. Portanto, para que tecnologias web 3.0 e plataformas descentralizadas alcancem sua adoção plena e potencialmente reformulam as relações de trabalho e regulação, é vital que a abordagem regulatória seja informada, consultiva e adaptativa.

Nota do Instituto Millenium

A Uber foi condenada a pagar R\$ 1 bilhão por danos morais coletivos, além de ser obrigada a registrar todos os motoristas pela CLT. A sentença é do juiz do Trabalho Maurício Pereira Simões, da 4^a Vara do Trabalho de São Paulo, publicada em 14 de setembro de 2023.

Para modernizar o judiciário, é preciso equilibrar tecnologia e mudança de práticas

Com a posse do Ministro Luís Roberto Barroso como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) em 28 de setembro de 2023, discussões sobre a eficiência do poder judiciário podem receber destaque. Barroso, que é ministro desde 2013, em ocasiões demonstrou ser sensível à agenda de modernização administrativa, o que levanta questionamentos sobre os desafios e caminhos possíveis para o aperfeiçoamento do poder judiciário. O Instituto Millennium buscou insights de André Gomma de Azevedo. Em sua análise, Gomma destaca que, para alcançar a verdadeira modernização do judiciário, é imprescindível olhar além dos avanços tecnológicos, enfatizando a necessidade de revisões culturais e operacionais no funcionamento do sistema de justiça.



André Gomma de Azevedo

André Gomma de Azevedo é juiz desde 2002. Foi Pesquisador Associado Sênior na Universidade de Harvard e Professor Adjunto no programa de Resolução de Disputas da Universidade de Pepperdine. Gomma também contribuiu junto ao Comitê Diretor de Mediação do Conselho Nacional de Justiça e é autor do “Handbook of Court Mediation”.

Instituto Millenium

Dada a posse do Ministro Luís Roberto Barroso, que tem se mostrado sensível à agenda de modernização administrativa do poder judiciário, você poderia elucidar os desafios — regulatórios, culturais e tecnológicos—que o STF e o judiciário brasileiro enfrentam ao tentar modernizar e agilizar suas operações?

André Gomma de Azevedo

Ao considerarmos a modernização do Poder Judiciário brasileiro, torna-se indispensável discutir a “dívida técnica”. Essa expressão, que refere-se ao acúmulo de problemas e passivos tecnológicos não resolvidos, é claramente exemplificada pelo Processo Judicial Eletrônico (PJE). Em sua essência, o PJE nasceu como uma resposta necessária à urgente demanda por digitalização. Contudo, trouxe consigo uma série de desafios e falhas, causando interrupções e

descontentamentos em diversos tribunais pelo país.

Porém, modernizar o Judiciário não envolve apenas solucionar problemas técnicos. Há um desafio cultural subjacente que precisa ser enfrentado. Atualmente, nosso sistema muitas vezes opera de maneira binária, determinando rapidamente quem está certo e quem está errado. Esta é uma abordagem que precisa ser repensada. A “Oficina de Parentalidade” do CNJ nos fornece uma visão inspiradora, demonstrando que uma abordagem colaborativa, que busca consenso e diálogo produtivo, pode transformar conflitos em oportunidades de aprendizado e crescimento conjunto.

Outro desafio significativo, ainda dentro dessa dimensão cultural, é como nosso sistema jurídico aborda grandes operações e movimentos, como a Lava Jato. Embora tenha revelado práticas corruptas, a operação também se apoiou no “direito penal do inimigo”, uma abordagem que trata réus como adversários e não como partes de um sistema mais amplo. Esse enfoque pode não ser o mais construtivo se nosso objetivo é uma modernização real e efetiva.

Para verdadeiramente modernizar, precisamos olhar além de correções técnicas e adentrar uma profunda revisão de nossa abordagem cultural, educacional e operacional do sistema judiciário. Modelos internacionais, como o sistema de verdade e reconciliação da África do Sul, nos mostram que é possível tratar questões complexas com uma abordagem unificadora e construtiva, mesmo em contextos de divisões profundas. Se aspiramos por um Judiciário mais moderno e eficaz, precisamos abraçar não apenas a tecnologia, mas também uma profunda evolução cultural.

Instituto Millenium

Tendo em vistas a sua experiência na implementação de abordagens inovadoras, como os mutirões de conciliação, que elementos de estratégias bem-sucedidas podem ser extrapolados ou adaptados para resolver ineficiências crônicas no STF e em outras instâncias do judiciário?

André Gomma de Azevedo

Dentro da experiência do Conselho Nacional de Justiça, o movimento de conciliação que teve início em 2006 trouxe um valioso ensinamento: a importância de o sistema judiciário estar atento e responder sensivelmente às demandas de seus usuários. Um exemplo elucidativo remonta à década de 70. Quando instituído o divórcio no Brasil, o sistema exigia que os casais identificassem um “culpado” pela separação. Esse enfoque criou conflitos intensificados e duradouros entre as partes, justamente porque não se alinhava ao desejo genuíno dos envolvidos. Passaram-se três décadas até que compreendêssemos que, em contextos de divórcio, apontar culpas não é produtivo nem alinhado com o papel harmonizador que o judiciário deve desempenhar na sociedade.

O verdadeiro objetivo do sistema judiciário deveria ser a promoção de harmonia na sociedade, particularmente entre famílias. Isso envolve fornecer ferramentas e práticas que favoreçam a resolução de conflitos de forma pacífica e construtiva. Ao realmente escutar e entender o desejo dos usuários, o movimento de conciliação trouxe progressos significativos nesse sentido.

Contudo, é vital observar que ainda existem áreas onde a conciliação precisa ser mais enfaticamente aplicada. A diminuição do índice de conciliação e o aumento preocupante dos casos de violência doméstica são indicadores de que há mais a ser feito para adequar os processos de resolução de conflitos à realidade e expectativas dos cidadãos.

O caminho para essa evolução ainda é extenso. Mas é apenas por meio de investigações rigorosas, análises científicas e metodologias adequadas que poderemos desenvolver, validar e implementar estratégias eficazes. Portanto, o maior aprendizado e desafio no movimento pela conciliação reside em permanecer atentos, adaptativos e alinhados com as necessidades reais dos usuários do sistema judiciário.

Instituto Millenium

No contexto do Poder Executivo, um aspecto notável do comportamento dos gestores é a hesitação ou até mesmo resistência à inovação, muitas vezes atribuída a riscos políticos ou organizacionais - o “apagão das canetas”. Esse fenômeno também se manifesta no judiciário? Se sim, quais mudanças são necessárias para encorajar os reformadores?

André Gomma de Azevedo

É evidente que o caminho para inovação no sistema judiciário é multifacetado. Muitos supõem que as mudanças transformadoras vêm majoritariamente das posições de alto poder, como a do presidente do Supremo Tribunal Federal, que também preside o Conselho Nacional de Justiça. Mas, recorrendo a uma analogia, seria como esperar que as inovações nas Forças Armadas venham unicamente do topo da hierarquia. Embora seja fundamental ter lideranças inovadoras, o que é verdadeiramente crucial é estabelecer uma cultura e uma estrutura que cultivem a inovação em todos os níveis. E, felizmente, já estamos presenciando movimentos promissores nesse sentido no sistema de justiça, com várias práticas inovadoras surgindo.

No entanto, um desafio proeminente é o sistema de métricas atualmente empregado pelo Conselho Nacional de Justiça para avaliar o desempenho de órgãos judiciais. A predominância é dada à produtividade, onde juízes que emitem um número maior de sentenças são celebrados, enquanto outros podem ser inadvertidamente ofuscados, independente da complexidade e valor dos casos que estão tratando. Esse foco restrito na quantidade não faz justiça à diversidade e intrincada natureza dos processos judiciais.

Considere um cenário em que dois juízes atuam em varas cíveis: um pode estar lidando rapidamente com casos mais simples, enquanto o outro está mergulhado em litígios complexos que existem há anos. O primeiro pode ser erroneamente elogiado como altamente eficaz, enquanto o segundo, que está fazendo um trabalho igualmente valioso, é visto como menos produtivo. É evidente que precisamos reavaliar como medimos o sucesso no sistema judiciário.

Além disso, é preciso democratizar a forma como essas métricas são estabelecidas. Atualmente, a criação destes critérios é bastante centralizada, com o Conselho Nacional de Justiça desempenhando um papel crucial. Embora o Conselho receba feedback dos participantes do sistema, é ele quem tem a palavra final. Se aspiramos por uma verdadeira evolução, é essencial que haja uma participação mais ampla na definição dessas diretrizes, garantindo que reflitam adequadamente a realidade multifacetada do sistema judiciário.

Instituto Millenium

A transição para um sistema judiciário mais digital levanta preocupações sobre a exclusão digital e o aprofundamento de desigualdades sociais. Quais medidas práticas podem ser tomadas para assegurar que a modernização seja inclusiva, beneficiando todos os estratos da população brasileira?

André Gomma de Azevedo

A transição para um sistema judiciário mais digitalizado é, sem dúvida, uma realidade emergente, e as preocupações com a exclusão digital são justificadas. Com o sistema judiciário cada vez mais inserido nas plataformas digitais, torna-se crucial assegurar que todos tenham igualdade de acesso a esses recursos. Pensando nisso, o sistema judiciário tem implementado iniciativas, como as salas de inclusão digital em fóruns, visando oferecer acesso a computadores e orientações para aqueles que não dispõem de tais facilidades em suas casas. Estas salas surgem como uma resposta imediata para assegurar que mais brasileiros tenham seus direitos atendidos.

Vale ressaltar, porém, que estudos indicam que de cada dez brasileiros com conflitos, apenas sete procuram o sistema judiciário. Isso significa que 30% da população opta por não buscar seus direitos. Esse é um indicador de que ainda há uma lacuna significativa na forma como a população vê e interage com o judiciário. Portanto, mais do que apenas prover o acesso, é vital avaliar o impacto dessas salas de inclusão. Precisamos compreender se elas estão efetivamente ajudando a diminuir a chamada “litigiosidade remanescente”, que se refere aos conflitos não levados ao judiciário. Além de verificar se estão atuando para incluir digitalmente, é importante entender se estão promovendo uma mudança cultural, incentivando a sociedade a se engajar mais ativamente no sistema judicial.

O atual cenário sugere que, contrariamente à percepção de um sistema já sobrecarregado, muitos brasileiros ainda se abstêm de buscar seus direitos. A confiança é um elemento central: se a população confiar mais no sistema judiciário, será mais propensa a recorrer a ele.

Em suma, enquanto as salas de inclusão digital são uma iniciativa promissora para a modernização inclusiva, é imperativo que avaliemos continuamente sua eficácia. Precisamos entender se, por meio delas, estamos verdadeiramente fazendo a ponte entre o cidadão e o judiciário, garantindo que todos tenham acesso igualitário e confiança no sistema.

Instituto Millenium

O judiciário brasileiro é frequentemente criticado pelo seu alto custo. Na sua visão, como a modernização e a digitalização podem ajudar o STF não apenas a otimizar seus recursos financeiros, mas também a aumentar a eficiência da justiça para os cidadãos? Poderia citar exemplos bem sucedidos de medidas que diminuíram os custos enquanto reduziram a insegurança jurídica para a sociedade?

André Gomma de Azevedo

O custo do Judiciário Brasileiro é certamente uma preocupação legítima, especialmente quando se compara proporcionalmente com nações desenvolvidas. A justificativa desse

investimento alto é essencial para consolidar a confiança e legitimidade do judiciário perante a sociedade. Entender e adaptar nossos processos judiciais ao que os cidadãos esperam e precisam torna-se crucial.

Atualmente, o modelo adversarial predominante prolonga disputas por até 10 a 15 anos, o que, naturalmente, gera questionamentos sobre o retorno deste investimento, considerando o custo de cada processo. A chave para a transformação está em duas frentes: aprimorar a eficiência através da digitalização e da inteligência artificial, e simultaneamente, educar e orientar a população para minimizar os ciclos repetitivos no sistema, os chamados casos de “portas giratórias”.

Tomando como exemplo a violência doméstica, o sistema não demonstrou capacidade de reformar comportamentos em muitos casos. Se um agressor reaparece no sistema após múltiplas ofensas, indica-se uma falha. A abordagem moderna envolve uma intervenção direta do juiz, utilizando ferramentas educacionais e grupos de apoio, visando transformar o comportamento do agressor e garantir um retorno benéfico para a sociedade. Esta abordagem reflete o conceito de “valor público” proposto pelo professor Mark Moore da Universidade de Harvard, que sugere que o valor gerado por uma instituição não se limita apenas a métricas tangíveis.

Da mesma forma, o sistema judiciário não deve ser avaliado apenas por suas sentenças, mas também por sua capacidade de promover resoluções construtivas de disputas. Por exemplo, indivíduos que passam por processos modernos de divórcio podem adquirir habilidades valiosas de resolução de conflitos. Assim, o foco principal recai sobre o retorno amplo e significativo que o judiciário oferece à sociedade. Se esse “valor público” for entregue de forma efetiva, as preocupações com os custos se tornarão secundárias diante dos benefícios percebidos.

Harmonia e Autocontenção sobre o Impasse entre STF e Congresso

A questão do marco temporal para reconhecimento de terras indígenas tem sido motivo de intenso debate entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto o STF determinou a constitucionalidade do marco temporal, o Senado propôs fixar a data em 5 de outubro de 1988. Diante desse cenário, o Instituto Millenium entrevistou Fernando Schüler, professor e especialista em políticas públicas, para entender melhor o impasse.

Nesta entrevista, Schüler aborda o papel do STF, as implicações da decisão do Congresso e a relação entre os poderes Legislativo e Judiciário no contexto atual.



Fernando Schüler

Fernando Schüler é professor e pesquisador no Insper e Especialista em Políticas Públicas.

Instituto Millenium

O que representa esse embate entre Legislativo e Judiciário sobre o marco temporal? Essa disputa é mais reflexo de disputas políticas ou suscita questões profundas sobre o desenho da República brasileira?

Fernando Schüler

Há uma tensão evidente entre o Congresso e o Supremo. Embora alguns analistas enxerguem essa tensão como um contraste entre o progressismo do Supremo e o conservadorismo do Congresso, considero essa visão uma distorção. O papel do Supremo não é expressar posições políticas, mas sim ser o guardião da Constituição. O artigo 231, que trata do marco temporal, não é explícito em sua diretriz, mas dá indícios de contemporaneidade ao usar a expressão “ocupam” em relação aos povos indígenas.

Esta interpretação foi utilizada pelo próprio Supremo no caso da Raposa Terra do Sol. Quando o Congresso propõe uma legislação que define o marco temporal, a questão é se isso é constitucionalmente plausível e se respeita o princípio de harmonia entre os poderes. Na ausência de uma diretriz clara na Constituição, caberia ao Congresso, que representa a diversidade de opiniões da nação, estabelecer essa compreensão. A questão central é determinar quem tem o direito de criar novas diretrizes. Em minha visão, essa responsabilidade pertence ao Congresso, que legisla, enquanto o Supremo deve manter uma postura mais técnica e conservadora, focando na defesa da Constituição.

Instituto Millenium

Há riscos de o STF derrubar a nova Lei do Senado de marcos de terra, caso seja sancionada? Como o STF poderia agir nesse caso?

Fernando Schüler

Se a lei for sancionada, seja pelo não veto do presidente Lula ou pela derrubada de um eventual veto pelo Congresso, há sim a possibilidade do Supremo julgar essa legislação como inconstitucional. Esta decisão poderia vir de uma interpretação ampla dos princípios da Constituição ou de uma prevalência da interpretação dos 11 ministros sobre o artigo 231, em relação ao entendimento do Congresso Nacional. Esta situação sugeriria uma hierarquia entre as instituições. É peculiar, pois o artigo em questão não é uma cláusula pétrea e sua interpretação não é explicitamente clara.

Quando o Congresso apresenta uma interpretação majoritária e a Suprema Corte tem outra visão sobre um tema aberto, parece que o Supremo está assumindo a autoridade

de introduzir ou anexar comandos à Constituição, o que é problemático. Em face disso, o Congresso poderia recorrer à aprovação de uma PEC. Contudo, até uma PEC poderia ser contestada pelo Supremo, especialmente se considerarmos que há indicações de que determinados direitos fundamentais, ligados aos povos originários, possam ser vistos como cláusulas pétreas. Em resumo, enquanto uma lei aprovada pelo Congresso pode ser derrubada pelo Supremo, contestar uma PEC se mostra um desafio bem maior.

Instituto Millenium

Qual seria uma saída para resolver esse impasse entre poderes em relação às demarcações de terras indígenas? É possível chegar a um consenso ou acordo que não gere mais disputas?

Fernando Schüler

A resposta para esse impasse entre os poderes em relação às demarcações de terras indígenas está no entendimento e na harmonia. Infelizmente, esses princípios têm sido negligenciados no Brasil nos últimos anos. O Supremo, por sua vez, deveria colocar em prática uma expressão que muito se ouve, que já foi mencionada por ministros da corte: a “autocontenção”, especialmente em matérias que são claramente da alçada do Congresso. Há temas, como o aborto, a posse e consumo de drogas, a lei das estatais, e o próprio marco temporal das terras indígenas, que são divisivos e têm significativa relevância estratégica para o país. Em tais questões, seria razoável que a sociedade expressasse sua vontade por meio do Congresso ou, em alguns casos, por plebiscitos. Questões como o aborto, por exemplo, transcendem a natureza da própria política - têm uma natureza ética profunda e refletem convicções arraigadas na sociedade.

O Brasil possui uma lei que disciplina o tema, assim como tem uma lei sobre drogas de 2006. No entanto, se o STF optar por alterar tais legislações, introduzindo comandos legislativos, efetivamente vai assumindo funções de legislador. Essa atitude não é condizente com a lógica da divisão de poderes em uma república.

Quando o Supremo se propõe a revisar ou modificar legislações previamente aprovadas pelo Congresso, como fez com a Lei das Estatais, ele está claramente assumindo funções legislativas. O Supremo está se sobrepondo à lógica de divisão de poderes em uma República. Portanto, em situações que envolvam demandas legislativas, o Supremo deveria exercer sua autocontenção e encaminhar a decisão ao Congresso. O poder, evidentemente, é sedutor, e se onze ministros podem tomar decisões baseadas em interpretações da Constituição, o desafio é resistir a essa sedução. Isso, no entanto, é crucial para manter o equilíbrio e a divisão de poderes em nossa República.

Instituto Millenium

O sr. vê algum problema ou limite nos Poderes Legislativo e Judiciário agirem assim em sentidos opostos? Isso fere a harmonia e independência entre os Poderes prevista na Constituição ou estamos vendo pesos e contrapesos em ação?

Fernando Schüler

Existe um problema evidente e não é algo recente. Há mais de 15 anos, o Supremo derrubou a cláusula de barreira em nome de princípios gerais, decisão que mais tarde foi vista como desastrosa. Como consequência, o Brasil se transformou na democracia com a maior dispersão partidária do mundo. Em 2017, muito tempo depois, uma nova cláusula de barreira foi aprovada, mais tímida. Outro exemplo é quando o Supremo decidiu sobre a criminalização da homofobia. Sem entrar no mérito, caberia ao Congresso Nacional esse disciplinamento.

O argumento da “omissão legislativa” é subjetivo. Por exemplo, o artigo 41 da Constituição determina que o Congresso legisle sobre a avaliação de desempenho dos servidores públicos, algo pendente há 25 anos. Por que o Supremo nunca interveio nesse caso? A alegação de omissão legislativa pelo Supremo parece ser seletiva. O Congresso possui seu tempo e prioridades. Na política, decidir não agir também é uma decisão. Parece-me que há um descompasso entre os poderes. O discurso de posse do Ministro Barroso, como novo Presidente do Supremo, aponta numa direção correta ao mencionar a busca por um entendimento institucional, reconhecendo o papel do Congresso como palavra final, exceto em cláusulas pétreas. Agora, resta saber se isso se concretizará ou permanecerá apenas como retórica.

Instituto Millenium

Em sua visão, qual Poder sai mais fortalecido dessa disputa, o Legislativo ou o Judiciário? Por quê? Essa tensão afeta a credibilidade de algum dos Poderes perante a população?

Fernando Schüler

Em nossa trajetória recente, é evidente que o Supremo Tribunal Federal fortaleceu sua posição na República Brasileira. Ao liderar inquéritos sobre temas como fake news, milícias digitais e atos antidemocráticos, o STF atuou além do devido processo legal, assumindo, em diversas ocasiões, um papel mais legislativo, como visto em casos envolvendo aborto, posse de drogas, lei das estatais e o marco temporal.

Esta concentração de poder no Supremo não é incomum em democracias polarizadas.

Em contextos onde o Legislativo se mostra moroso, e diante da demanda da sociedade por decisões, dentro do paradigma do neoconstitucionalismo, as Cortes Superiores muitas vezes se inclinam mais aos princípios do que aos comandos constitucionais objetivos. Em certo sentido, passa a haver uma visão de que as Supremas Cortes atuem em defesa da justiça, de uma interpretação aberta do que sejam os direitos fundamentais e democracia. Isso acaba superdimensionando o poder das Supremas Cortes.

A grande questão é: em uma democracia, aqueles que legislam, que definem políticas públicas, deveriam ser julgados pela sociedade, estar sujeitos ao escrutínio do povo. Por isso que há eleições a cada quatro anos. Quando decisões legislativas são tomadas por figuras que não se submetem ao sufrágio popular, diminui-se o poder do cidadão de exprimir seu julgamento sobre as deliberações que foram produzidas pelo mundo político e que afetam a sua vida. Estamos nos aproximando do que se poderia chamar de “epistocracia”, na expressão provocativa do Jason Brennan, onde um seleto grupo de ministros, ainda que altamente qualificados, decide em nome da sociedade sem uma delegação e um julgamento diretos do povo.

É crucial lembrar que, historicamente, a função do STF é técnica e interpretativa. Mesmo sendo uma das esferas de poder, seu poder deriva de uma interpretação objetiva do texto constitucional. Nossa Constituição não é uma carta de princípios. É uma Constituição exaustiva, rica em comandos, que requer que o Supremo exerça uma função predominantemente conservadora. O técnico é aquele que abre mão do poder.

Se algum cidadão pretende dispor de poder e produzir normas, leis ou políticas públicas, deve-se dirigir ao Congresso Nacional. Ele deve ingressar no universo da política e da tomada de decisões, e submeter-se ao sufrágio popular. Isso porque deve vigorar o princípio da representação da sociedade. Essa função não cabe à Suprema Corte. De alguma maneira, perdemos esta dimensão da vida republicana sobre as funções que devem ser atribuídas a cada instituição. Obviamente, apenas o diálogo e o entendimento, aliados à maturidade da sociedade e da própria liderança pública do país, seja do judiciário ou do Congresso, podem equacionar essa questão.

Objetivo do Marco do Saneamento era garantia de atendimento ao cidadão

Diogo Mac Cord estava à frente da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do então Ministério da Economia durante a tramitação e aprovação de importantes avanços regulatórios, nos setores de saneamento básico, energia elétrica, entre outros. Mac Cord teve participação direta no processo de privatização da Eletrobras, em junho de 2022, e na aprovação do Marco Regulatório do Saneamento, em 2020. Após sua participação no governo, ele retornou à iniciativa privada, e agora é sócio-líder de infraestrutura e mercados regulados da Ernst & Young (EY) para América Latina.

Diogo Mac Cord

Diogo Mac Cord foi Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

Publicada em 11/10/2023



Instituto Millenium

Após impasses nos primeiros meses de governo, o tema ‘marco do saneamento’ parece mais pacificado. Na sua opinião, ainda há espaço para reviravoltas, ou o setor privado pode avançar com confiança em seus investimentos?

Diogo Mac Cord

O Brasil é um país com grande histórico de cumprimento de contratos. Isso significa que os editais já publicados e as concessões já assinadas podem ter a tranquilidade de contar com um arcabouço legal e regulatório robusto e seguro. Isso dito, eventuais alterações do Marco de Saneamento podem ter um impacto no pipeline (fluxo de novos projetos), o que pode reduzir o número de novas oportunidades oferecidas ao setor privado ao longo dos próximos anos. Mesmo assim, vejo muitos estados que ainda pretendem avançar com iniciativas bastante atrativas.

Instituto Millenium

Quais benefícios o marco do saneamento trouxe? Há vantagens em uma maior participação privada no setor? Existem dados que comparam a eficiência entre empresas públicas e privadas nesse campo?

Diogo Mac Cord

Ao contrário do que muitos pensam, o Marco do Saneamento não teve por objetivo confrontar os setores público e privado: ele tem como principal pilar a eficiência. Há duas perguntas, muito simples, que deveriam ser respondidas: (i) Quanto aquele determinado estado precisa para universalizar o atendimento à sua população? e (ii) A empresa tem capacidade financeira de fazer frente a esse volume de investimentos? Se a resposta à pergunta (ii) fosse positiva, a empresa estatal poderia continuar prestando normalmente seus serviços. Mas, se a resposta fosse negativa, seria obrigatória a licitação dos serviços a um agente capitalizado e eficiente. Após 5 anos, uma nova pergunta deveria ser feita: aquele agente (seja ele o original, que tenha passado no primeiro teste, seja o novo, que ganhou a licitação) avançou na universalização, proporcionalmente à meta de 2033? Se a resposta fosse “sim”, permanecia com o contrato. Mas, se a resposta fosse “não”, perderia a operação e um novo concessionário deveria ser selecionado. Por isso, tudo fica muito claro: o único objetivo é a garantia de atendimento ao cidadão, seja por empresa pública, seja por empresa privada.

Instituto Millenium

Quais são os benefícios para os estados ao privatizar suas estatais de saneamento?

Diogo Mac Cord

Há duas vantagens principais: uma financeira e a outra de gestão. Na ponta financeira, trazer um agente privado para a operação libera recursos públicos para serviços essenciais, como saúde, segurança e educação. É importante lembrar que, aqui, falamos de cerca de R\$700 bilhões até 2033 para universalizar os serviços de abastecimento de água (99% da população) e coleta e tratamento de esgoto (90% da população). É muito dinheiro (por ano, seria mais do que o total anunciado para o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, para todos os setores juntos), e que a iniciativa privada poderia trazer sem problemas. O que temos visto nas licitações já realizadas é que, mesmo sem aumento de tarifa, é possível não só comportar esse volume de investimento como também viabilizar o pagamento de outorgas adicionais. Isso só é possível pela segunda dimensão de benefício pela parceria com o setor privado, que é a melhoria de gestão – e, por consequência, o ganho de eficiência.

Instituto Millenium

Considerando os meses de incerteza jurídica e projetos paralisados, é realista esperar que as metas de universalização do saneamento sejam cumpridas no prazo? O que é necessário para alcançar essa meta?

Diogo Mac Cord

Acredito que ainda seja possível, para os estados que iniciarem imediatamente seus estudos. Mas o prazo está cada vez mais desafiador para aqueles que ainda insistirem no modelo antigo, que depende de repasses públicos a fundo perdido, que resulta em baixos investimentos. De qualquer forma, acredito muito no efeito indutivo: muitos estados, ao observarem os resultados alcançados por seus vizinhos, poderão compreender os benefícios do novo modelo e comparar os avanços de cada região, facilitando a decisão de caminho a ser seguido.

Instituto Millenium

O marco do saneamento promove licitações competitivas para definir o prestador de serviços, ao invés de permitir uma gestão direta e não competitiva feita por estatais. Esse modelo pode ser implementado em outros setores econômicos? Quais setores seriam mais adequados?

Diogo Mac Cord

Nosso princípio legal, constitucional, é o do livre mercado, da competição, da eficiência. Veja que, na esfera federal, mesmo quando a União era dona de uma empresa que atuava no setor elétrico (privatizada em 2022), essa empresa nunca recebeu um contrato sem licitação, mesmo tendo como controlador o titular do serviço. Ela sempre precisou participar de processos competitivos, de igual para igual com outras empresas privadas, levando o contrato apenas se apresentasse a melhor proposta – e, após ganhar, ficando sujeita à mesma regulação e governança do restante do mercado. Nessa mesma linha, ainda temos muitos outros setores a avançar, como mobilidade e gás.

Instituto Millenium

Você considera a desestatização uma pauta impopular e, se sim, por que?

Diogo Mac Cord

Na realidade, a história comprova que esse é um caminho de sucesso. Legalmente falando, os modelos podem variar pontualmente, aqui ou ali, mas a essência é a mesma – e todos os governos, sem exceção, desde nossa redemocratização, usaram algum desses modelos para avançar na agenda de infraestrutura, nos mais diferentes segmentos. Isso porque são evidentes os retornos que tivemos – e ninguém pode ser contra um aeroporto mais confortável, uma estrada mais segura ou um sistema elétrico mais resiliente.

Agilidade Institucional

Israel é muito menor que o Brasil: muitos de nós temos conexões por toda parte

Em meio a tensões geopolíticas que envolvem o Oriente Médio desde os ataques do Hamas a Israel, o Instituto Millenium tem o privilégio de receber Lior Abutbul, Head de Relações Interorganizacionais do Kohelet Policy Forum, para discutir a situação atual em Israel e as implicações para a região. Formada em Filosofia, Política e Economia e residente de Jerusalém, Abutbul fala sobre a realidade na comunidade local, as divisões internas de Israel, o delicado equilíbrio internacional e destaca a resiliência de uma nação diante das adversidades.

Compreender os desafios, os dilemas morais e as perspectivas estratégicas de Israel é inevitável para qualquer análise informada sobre o cenário atual no Oriente Médio. A seguir, apresentamos visão de Abutbul sobre os eventos em curso e as potenciais ramificações para o futuro da região.



Lior Abutbul

Lior Abutbul é líder de Relações Interorganizacionais do Kohelet Policy Forum.

Instituto Millenium

Dado a sua posição e sua localização em Jerusalém, pode descrever o clima e o sentimento entre a população local diante dos recentes ataques terroristas e da situação tensa diante dos reféns israelenses capturados pelo Hamas?

Lior Abutbul

Quanto ao clima atual em Jerusalém, é importante entender que Israel é muito menor que o Brasil, o que significa que muitos de nós temos conexões por toda parte. Exemplo pessoal: até ontem eu não tinha notícias de alguns amigos, estava no escuro quanto a situação deles.

Atualmente em Jerusalém, as ruas estão quase vazias. A maioria prefere ficar em casa, perto de abrigos, por causa do potencial de bombardeios e sirenes. Embora tenhamos tido menos incidentes em comparação com áreas próximas à Faixa de Gaza, ainda é preocupante. O resultado é uma cidade de residentes cautelosos, optando por ficar em casa. O clima é sombrio.

Poucos têm vontade de frequentar cafés ou jantar fora com amigos; há um sentimento avassalador de tristeza. Ao caminhar pelas ruas, vemos rostos desanimados por todos os lados. A tensão é palpável, transformando pequenas disputas em confrontos significativos. É um ambiente desafiador para todos nós. Pelo lado bom, a resiliência da comunidade se destaca. Muitos estão se voluntariando, fornecendo comida e suprimentos para os soldados, mostrando o espírito de unidade e colaboração da nação.

Instituto Millenium

Com Israel tendo uma longa história de priorizar as vidas de seus cidadãos sequestrados, como você acha que o governo deve lidar com a escala sem precedentes da atual situação de reféns? Como você vê o equilíbrio entre garantir a segurança dos reféns e retaliar contra o Hamas?

Lior Abutbul

A complexidade da sua pergunta vem da nossa falta de conhecimento. Não sabemos quantos reféns estão vivos, quantos já morreram, suas identidades, o número de mulheres, crianças e idosos envolvidos, e a situação geral no local. Esta incerteza torna o assunto difícil de abordar.

Nos últimos anos, houve um debate acalorado sobre esse tema. Em Gaza, por exemplo, os corpos de dois soldados mortos ainda permanecem lá, e suas famílias querem trazê-

los de volta para Israel para um enterro digno, não importa o custo. Aprendemos com experiências passadas, como quando Gilad Shalit foi devolvido vivo de Gaza; o preço foi a libertação de cerca de mil prisioneiros, muitos dos quais retomaram atividades terroristas. Um deles foi responsável pelo assassinato da minha querida tia em 2001. Tais ações podem corroer a confiança do público no governo. Se o papel principal de um governo é garantir segurança, então libertar potenciais ameaças contradiz essa responsabilidade. Ao mesmo tempo, toda vida é inestimável, incluindo as dos reféns em Gaza. É um dilema.

O governo deve tentar fazer o que é viável, enquanto reconhece suas limitações. Atualmente, as demandas incluem libertar todos os prisioneiros em Israel, o que me preocupa profundamente. Ambas as opções – deixar as pessoas na Faixa de Gaza ou libertar todos os detidos que possam voltar ao terrorismo – são perturbadoras. A questão central é como minimizar o dano. Talvez focar em estratégias militares para libertar os reféns, ao invés de trocas de prisioneiros, poderia ser uma solução. Essas trocas raramente resultam em um resultado favorável para nós. Não é uma transação comum; é profundamente angustiante.

Instituto Millenium

A comunidade internacional mostrou várias respostas à situação atual. Como Israel, mantendo os valores da democracia liberal, pode alavancar apoio internacional e pressão para influenciar um resultado favorável?

Lior Abutbul

É lamentável, mas nossa janela de oportunidade ao longo do ano é limitada. A opinião pública muda, então devemos agir rapidamente. Acredito que o objetivo principal é incapacitar a organização Hamas, garantindo que não possam mais operar. Isso requer ação rápida. Uma vez que a comunidade internacional comece a questionar os métodos e a moralidade israelenses — o que muitas vezes me parece injustificado — nosso espaço para manobras se reduz.

Quero enfatizar através desta plataforma que Israel se esforça para evitar provocar a morte de civis. Tendo servido no exército israelense, sei que manter a moral é fundamental. Operamos como uma força defensiva, com o objetivo de proteger nossas vidas. E algumas vezes, nesses casos - e eu digo isso com a mais profunda tristeza - civis são mortos. Isso não significa que se está intencionalmente atacando civis. E isso distingue o exército israelense do Hamas. O exército israelense trabalha diligentemente para minimizar danos aos civis. Nossa Primeiro Ministro, Benjamin Netanyahu, até mesmo os alertou para que fujam e procurem locais seguros - e eles sabem quais são esses lugares. Antes de acertar um prédio com uma bomba, enviamos um disparo de aviso menor para alertar os ocupantes a evacuarem. Há uma enorme diferença entre nossa abordagem e cometer crimes hediondos como estupros, massacres e decapitações de bebês. Com o apoio da comunidade internacional, podemos alcançar nossos objetivos.

Instituto Millenium

Dadas as divisões internas de Israel, você acredita que desafios ao tecido democrático podem tornar a nação mais vulnerável ou menos capaz de responder a ameaças externas, como as representadas pelo Hamas?

Lior Abutbul

A questão é um pouco desafiadora. Nos últimos dez meses, houve uma clara divisão. De um lado estão aqueles que servem no exército e pagam impostos, e do outro estão os que são acusados de não fazer isso – o que não é verdade. Essa divisão levou a problemas significativos em termos de moral, de alegria e positividade nacionais. Por exemplo, é um problema sério, que nos faz ser percebidos como vulneráveis, quando membros da reserva formam grupos, instigando outros a não comparecerem aos seus deveres de reserva, citando uma reforma judicial que não tem relação alguma com esses deveres. Ou pilotos recusando suas sessões de treinamento de rotina por causa dessa reforma judicial. Pode parecer irracional, mas para um observador externo, poderia parecer a oportunidade perfeita para atacar a nação. Eles poderiam pensar: “A nação está tão fragmentada internamente. Seu exército parece enfraquecido, e os pilotos estão recusando deveres por razões políticas.”

Esta situação enfatiza a lição vital de que, enquanto podemos ter desentendimentos internos, como sobre tributação, financiamento governamental ou até a nomeação de juízes, certos limites devem permanecer intocados. Quando militares se recusam publicamente a apoiar a segurança de sua nação, isso não passa despercebido. Nossos adversários – e temos muitos, aqui não é a Suíça – verão isso como uma abertura. Nessas circunstâncias, deveria ter sido exercida maior cautela.

Sobre a reforma judicial, é complexa e longa, e admito que não estou bem informada o suficiente para me aprofundar. Mas acredito que não foi a reforma em si, mas os subsequentes protestos que alertaram nossos inimigos. Foi aí que o limite foi ultrapassado.

Instituto Millenium

Como essa crise pode influenciar as relações estratégicas de longo prazo de Israel com países da região que buscam a normalização, especialmente desde esforços como a aproximação com a Arábia Saudita e a assinatura dos Acordos de Abraão entre Israel e os Emirados Árabes Unidos e Bahrein?

Lior Abutbul

Em relação à Arábia Saudita, há discussões em andamento sobre a possibilidade de

normalizar nossa relação e talvez até assinar um acordo de paz. Curiosamente, sei de alguém que visitou a Arábia Saudita há pouco mais de uma semana. Dizem que o recente ataque do Hamas teve como objetivo interromper essas discussões sobre normalização. Muitos acreditam que o objetivo não é apenas impedir este desenvolvimento, mas também enfraquecer nossos laços com países do norte da África, notadamente o Marrocos.

O momento é significativo. A imagem de Israel no mundo árabe está melhorando, e nossas relações estão se fortalecendo com vários países muçulmanos. Esta mudança representa um desafio para organizações terroristas que defendem visões islâmistas extremistas. Sou da opinião de que o Hamas pode estar tentando dificultar os esforços de Israel para normalizar as relações com a Arábia Saudita. Suas ações podem potencialmente colocar em risco as relações que cultivamos com outras nações.

Se refletirmos sobre nossos acordos de paz, como os com o Egito e a Jordânia, eles existem, mas não são tão calorosos quanto gostaríamos. Temos a capacidade de visitar e manter laços cordiais, mas a profundidade da amizade poderia ser maior. O objetivo principal parece ser marginalizar Israel em suas interações com países vizinhos no Oriente Médio e o mundo muçulmano mais amplo. É minha esperança que esses esforços não sejam bem-sucedidos.

Não existe uma rejeição aos extremos nas recentes eleições políticas

Em um fim de semana intenso de atividade política global, vários países foram às urnas. Enquanto o Equador focava nas eleições presidenciais e legislativas, Polônia e Nova Zelândia voltaram-se para suas escolhas parlamentares, e a Austrália colocou em cheque a opinião pública através de um plebiscito. Diante deste cenário repleto de nuances e significados, surge a necessidade de uma análise profunda, que compreenda tanto as semelhanças quanto as particularidades de cada contexto. Com experiências anteriores no IPEA e na Kean University, João Victor apresenta uma visão detalhada e crítica, ajudando-nos a entender como a política global está se moldando.

João Victor Guedes-Neto

João Victor Guedes-Neto é pesquisador do CEPESP/FGV e especialista em comportamento político.



Instituto Millenium

Dada a ascensão da centro-direita na Polônia, Equador e Nova Zelândia, estamos observando uma tendência global de rejeição aos extremos ou apenas reflexos das situações internas específicas de cada nação? Como essa tendência se relaciona com discussões mais amplas sobre retrocesso e resiliência democrática?

João Victor Guedes-Neto

Não existe uma rejeição aos extremos nem mesmo onde políticos de centro ganharam as eleições. O caso da Polônia deixa isso muito claro. Foram mais de 7,5 milhões de votos para a Direita Unida, coalizão nacionalista-conservadora encabeçada pelo partido Lei e Justiça (em polonês, PiS). Isso significa 35% dos votos em uma eleição com participação recorde. Além deles, a extrema-direita (Konfederacja Wolność i Niepodległość) obteve 7,2% dos votos.

A coalizão de centro-direita de Donald Tusk obteve 30,7% e só chegará ao poder por se unir aos blocos Terceira Via (cristãos-democratas) e A Esquerda (progressista), totalizando 53,7% dos votos. Obviamente, é o suficiente para se formar um governo no modelo parlamentarista, mas o resultado está longe de indicar uma rejeição aos extremos.

A eleição presidencial equatoriana também foi apertada e reforça que os extremos mantêm força política. No primeiro turno, Luisa González (apoiada pelo partido de extrema-esquerda de Rafael Correa) saiu na frente com 33,6% dos votos. No segundo turno, chegou a 48,2%, bem próxima de Daniel Noboa, candidato de centro-direita eleito presidente. Indo além, o partido de Correa fez 52 cadeiras no legislativo, enquanto a Ação Democrática Nacional de Noboa elegeu apenas 14.

Os radicais continuam fortes na Polônia, Equador e em várias outras partes do mundo democrático. O desafio para os democratas está em algo que Jean François-Revel

escreveu em “Como Terminam as Democracias” em 1983: o modelo democrático dá voz a todos, inclusive aos que querem o seu fim. Por isso, democratas precisam se manter ativos no “mercado de ideias”, oferecendo as melhores soluções para seus dilemas.

Instituto Millenium

A escolha contra a direita populista na Polônia e o revés do correísmo no Equador representam uma resposta a administrações anteriores ou um rechaço ao populismo? Como esses eventos recentes se posicionam no panorama político regional e mundial?

João Victor Guedes-Neto

O caso do Equador é bem particular. Quando Rafael Correa terminou seu mandato em 2017, seu partido Alianza País elegeu o presidente Lenín Moreno. Apesar da proximidade política, o novo governante se distanciou de Correa ao ponto de ser expulso do partido. Durante o governo, desfez políticas autoritárias do correísmo, por exemplo, eliminando a reeleição indefinida. Além disso, em tempo de crise, se aproximou do FMI e Banco Mundial—sempre demonizados pelo seu antecessor.

Seu sucessor, Guillermo Lasso, era um dos líderes históricos do Movimiento Creo, de direita. Havia concorrido contra Moreno em 2017 e se tornou presidente em 2021, quando derrotou o correísta Andrés Arauz. Apesar da derrota, o Alianza País se manteve forte politicamente e mobilizou diversos protestos de larga escala no Equador. Isso foi intensificado pela crise de segurança pela qual boa parte da América Latina passa e pela crise econômica gerada pela pandemia.

Isto para dizer que a eleição de Noboa não foi necessariamente um rechaço ao modelo de Rafael Correa, que já estava fora do governo há muitos anos. Obviamente, a extrema-esquerda se manteve forte durante todo este tempo e, mais uma vez, perdeu as eleições. Mas o governo anterior já tinha inspirações de centro-direita, bem como o futuro presidente.

Uma explicação paralela seria a opção pelo novo. Daniel Noboa tem 35 anos e uma carreira política de 2 anos como legislador. No entanto, seu pai, Álvaro Noboa, é extremamente conhecido: foi candidato presidencial por cinco vezes desde 1998 e é um dos homens mais ricos do país. É possível que, em um cenário onde os blocos mais tradicionais de esquerda e direita fracassaram, a população esteja apostando em uma cara nova com sobrenome antigo.

Essa escolha pelos “outsiders parciais” reflete algo que já vimos em várias democracias. Trump, por exemplo, sempre foi ativo politicamente, mas só chegou ao mainstream em 2017. Jair Bolsonaro era um deputado sem importância e virou presidente em 2019. Noboa não é um extremista como Trump e Bolsonaro. Além disso, a fama do sobrenome vem do seu pai. Ainda assim, é um “outsider parcial” que soube aproveitar a crise dos partidos tradicionais. Isto definitivamente representa a

tendência dos tempos modernos, onde mídias sociais aliadas à insatisfação com a política produzem novos líderes com uma velocidade incrível.

O caso da Polônia é diferente. Donald Tusk, líder da Plataforma Cívica, foi primeiro-ministro do país entre 2007 e 2014. Entregou o cargo para sua co-partidária para se tornar presidente do Conselho Europeu, cargo que ocupou até 2019. Sempre foi parte do mainstream e retorna ao poder em conjunto com outros políticos experientes, como Kosiniak-Kamysz (seu antigo Ministro do Trabalho em 2011-2015). O bloco também conta com outsiders, mas ele é essencialmente uma vitória da oposição à extrema-direita.

Instituto Millenium

A negação do plebiscito “The Voice” na Austrália e a vitória da centro-direita na Polônia sobre a direita nacionalista indicam resistência às políticas de identidade. Qual é a sua visão sobre o papel da política identitária no cenário de mudança política global atual?

João Victor Guedes-Neto

A política identitária sempre esteve presente. O novo é quem está sendo chamado de identitário. Os Cristão-Democratas, por exemplo, surgiram como um movimento identitário católico em resposta ao fortalecimento do discurso laico crescente entre os liberais europeus do século 19. Essa história é discutida em um livro de Stathis Kalyvas. Os partidos não eram chamados de “identitários” porque a etiqueta não existia, mas representavam uma identidade prevalente no dia a dia da sociedade.

Isso é comparável aos movimentos indígenas que temos em boa parte da América Latina. Raúl Madrid escreveu, entre outros casos, sobre o que aconteceu na Bolívia. Evo Morales coordenava um movimento identitário étnico e foi habilidoso ao realizar coalizões com outros grupos para chegar à presidência do país. Será que são diferentes dos identitários católicos na Europa do século 19? Aliás, os partidos cristão-democratas continuam vivos e fortes. Angela Merkel, ex-primeira-ministra alemã, era líder da União Democrata-Cristã.

O que acontece, no entanto, é uma mudança das clivagens e do peso de cada um desses grupos identitários. Enquanto os grupos tradicionais perdem força, outros começam a se tornar politicamente relevantes. Alguns deles pela mobilização de populações que já eram majoritárias, mas não tinham espaço, e outros a partir de coalizões com grupos maiores.

As mulheres, por exemplo, compõem por volta de 50% dos eleitorados do mundo democrático, mas até pouco tempo eram privadas da participação democrática. Nos Estados Unidos, os negros não são maioria, mas representam boa parte da população. Ainda assim, o sufrágio universal, incluindo mulheres negras, só foi aprovado em 1965. É natural que estas mudanças tragam novas identidades para a política.

Existem pelo menos dois desafios nesta questão. O primeiro é o movimento identitário extremista. O partido de extrema-direita da Polônia, por exemplo, ataca frequentemente todos aqueles que não compartilham da sua “identidade polonesa”. Isso leva a uma política radical anti-imigração que prejudica, inclusive, os estrangeiros que já estão estabelecidos no país. O mesmo movimento identitário de direita é prevalente na França, Alemanha, e vários outros países.

O segundo problema é o cabo de guerra entre novos e velhos identitários. Existe uma polarização política crescente que se maximiza uma vez que os polos políticos colocam suas identidades como antagônicas. Liliana Mason, professora americana, mostra como isso influencia a relação entre democratas e republicanos. Na média, os partidários são diferentes na origem racial e étnica, nos locais de residência, no gênero... No fim das

contas, democratas frequentam o Starbucks, dirigem um Prius e ouvem música pop. Os republicanos, do outro lado, vão ao Dunkin Donuts, têm uma pick-up na garagem e apreciam música country. Não existe mais ponto comum e qualquer debate vira questão de vida ou morte.

No final das contas, o mais difícil é esperar uma conciliação entre os grupos que estão cada vez mais entrincheirados, seja na Austrália, na Polônia, ou nos Estados Unidos.

Instituto Millenium

Os resultados na Polônia e na Nova Zelândia insinuam a importância das coalizões. Em ambos os contextos, agrupamentos com orientações políticas distintas terão que negociar para consolidar maiorias. Na Polônia, os dois partidos minoritários da potencial coalizão opositora têm posições bem distintas. Na Nova Zelândia, o minoritário ACT tem uma orientação libertária que se distingue do conservadorismo do Partido Nacional. Em sua opinião, como esse fenômeno de formação de coalizões afeta a governabilidade e a estabilidade política, tanto nesses países quanto em um contexto mais amplo?

João Victor Guedes-Neto

Em boa parte do mundo parlamentarista, essas coalizões são comuns. Muitas vezes existem alianças históricas que sempre se repetem para formar governos. Em outros casos, os partidos menores observam oportunidades para implementar sua agenda de governo. Na Alemanha, por exemplo, o Partido Liberal Democrata já formou governos tanto com a centro-esquerda como com a centro-direita. A decisão variava de acordo com as preferências dos liberais da época e com as promessas feitas pelo partido líder da coalizão. Essa barganha é comum e saudável para as democracias. Ela impede políticas radicais e garante maior estabilidade ao país.

Por outro lado, nem sempre é possível cumprir com tudo que foi acordado pela coalizão. Os liberais alemães geralmente atingem entre 5 e 10% do parlamento. Em 2009, chegou a 14,6% das cadeiras, prometendo redução massiva da carga tributária. Formou governo com a centro-direita e, por conta da crise, o governo não entregou. Os liberais e não a centro direita receberam a culpa. Em 2013, o partido ficou abaixo da cláusula de barreira e saiu do parlamento.

O cenário sempre é mais difícil para os partidos minoritários da coalizão. Recebem menos espaço no governo, menos ministérios e têm pouco poder de barganha. É comum que percam espaço em eleições subsequentes. Ainda assim, vale fazer parte do governo se conseguirem implementar pelo menos algum dos itens de sua agenda. Este será o desafio da Associação de Consumidores e Pagadores de Impostos (ACT) no novo governo neozelandês.

Instituto Millenium

No passado, já tivemos a influência de países distantes. O regime de Metas de Inflação da Nova Zelândia em 1990, por exemplo, foi inspiração para o nosso. Existem políticas públicas específicas que pautaram essas eleições e que poderiam influenciar países como o Brasil?

João Victor Guedes-Neto

Está muito cedo para dizer. Infelizmente, programa eleitoral e prática governamental muitas vezes são mundos distantes. Isto não é exclusividade do Brasil. A grande lição, neste momento, é que o centro democrático pode ganhar eleições por diferentes vias. Em alguns casos, como no Equador, serão “outsiders parciais”. Em outros, vide o caso polonês, serão os partidos e políticos que já conhecíamos há tempos.

O desafio, mais uma vez, é garantir pluralidade política e respeitar a normalidade democrática mesmo quando nossos opositores estiverem no poder. Isto não significa, no entanto, que os insatisfeitos devam se calar. Pelo contrário, a oposição responsável é parte necessária de qualquer regime democrático.

Massa justificará sua gestão econômica; Milei buscará eleitores mais velhos

No rescaldo do primeiro turno das eleições argentinas, onde Sergio Massa superou as expectativas e posicionou-se à frente de Javier Milei, o Instituto Millenium conversou com o analista político da Fundación Libertad e do Cato Institute, Marcos Falcone. Em uma conjuntura marcada pelo desempenho mais fraco do peronismo em quatro décadas e a ascensão surpreendente do libertário Milei, Falcone discute a aproximação dos candidatos ao centro, ressaltando as nuances e desafios que ambos enfrentarão na busca por apoio e governabilidade na corrida para o segundo turno.



Marcos Falcone

Marcos Falcone é analista político da Fundación Libertad e do Cato Institute.

Publicada em 23/10/2023

Instituto Millenium

Javier Milei criticou o “Juntos por el Cambio”, coalizão de Patricia Bullrich, durante a campanha, mas agora precisará dos votos dos eleitores desse partido. Sergio Massa também terá que apelar ao centro. O que podemos esperar de diferente nesta campanha de segundo turno?

Marcos Falcone

Esperamos uma aproximação do Milei com a coalizão “Juntos por el Cambio” (JxC), especialmente com o PRO (Propuesta Republicana), e em particular com Maurício Macri, com o objetivo de estabelecer pontes e garantir governabilidade e apoio em um potencial mandato presidencial do candidato libertário. No caso de Massa, o que esperamos é certamente um chamado de unidade nacional, e a promessa de um governo que inclua peronistas, mas também Radicais (que atualmente fazem parte do JxC), socialistas e, entre aspas, democratas. Certamente Massa fará um chamado contra o fascismo, contra a direita, e Milei fará um chamado contra o kirchnerismo.

Instituto Millenium

Por um lado, Sergio Massa representa o Peronismo, que está sendo responsabilizado pela crise argentina. Por outro lado, Javier Milei é um libertário que parece desdenhar da institucionalidade natural do liberalismo, até mesmo em sua versão libertária. Qual é o significado destas duas fraquezas de cada candidato para a campanha e para o possível governo de ambos?

Marcos Falcone

A fraqueza de Massa é, de fato, a situação econômica. É preciso ver como evoluirá o preço do dólar nos próximos dias, bem como a inflação, porque ele terá que defender sua gestão atual como Ministro da Economia, o que é muito difícil. É por isso que ele tem chances de perder. No caso de Milei, o extremismo de seu discurso e de alguns de seus aliados e candidatos a deputados e legisladores é o que afastou os eleitores mais velhos. São eles que agora ele tentará reconquistar, pois o voto jovem ele já tem relativamente garantido. Ele precisa convencer aqueles com 50 anos ou mais. Esse é o eleitorado que Milei deve focar na campanha, uma tarefa difícil, porque é um eleitorado conservador que, como dizemos em espanhol, prefere “un mal conocido que un bien por conocer” (um mal conhecido a um bem desconhecido). Talvez as pessoas tenham medo e prefiram votar em Massa em vez de Milei, porque Milei ainda é uma figura desconhecida e muitas vezes radical em suas propostas.

Instituto Millenium

Como se dividirão os votos de Patricia Bullrich entre Milei e Massa, considerando que, por um lado, Milei é mais liberal e, consequentemente, mais alinhado com a agenda econômica de Bullrich, mas, por outro lado, Massa tem uma maior afinidade com o establishment ao qual Bullrich pertence?

Marcos Falcone

É provável que os votos de Bullrich se dividam entre Milei e Massa. Para Massa, devem ir os votos de seus aliados radicais (como são chamados os membros do partido União Cívica Radical, ou UCR), que são mais social-democratas da coalizão JxC, mais alinhados ao establishment, e que controlam governos provinciais, prefeituras e têm boa representação no Congresso. Já os votos do PRO, partido de Maurício Macri, tendem a ir para Milei, pois estão mais alinhados ao liberalismo econômico proposto por Milei e buscam reformas mais profundas e rápidas do que as propostas por Massa.

Instituto Millenium

Quais serão os temas econômicos e políticos mais contrastantes e divisivos nesta campanha entre o libertário Milei e o peronista Massa?

Marcos Falcone

Milei provavelmente tornará a economia um tema central da eleição, dado o mau estado da economia, a desvalorização do peso, a inflação que atinge 140% ao ano com risco de hiperinflação e o país em recessão. Por todos esses fatores e pelo fato de Milei ser economista com reputação de professor e acadêmico, ele focará na economia. Por outro lado, Massa tentará focar na política. Massa tentará pintar Milei como um fascista e buscará criar uma unidade política e democrática contra a ameaça fascista que, segundo ele, Milei representa.

Instituto Millenium

Considerando a composição atual do Congresso argentino, como cada candidato poderia garantir uma maioria para aprovar suas propostas econômicas?

Marcos Falcone

Milei certamente buscará um acordo com o JxC para garantir votos no Congresso, pois não terá deputados e senadores suficientes para realizar qualquer reforma. Já Massa, mesmo que possivelmente não tenha maioria no Congresso, poderá contar com aliados das províncias, governos provinciais e talvez até mesmo dentro do JxC, como os radicais da UCR. Por isso, ele tentará se aproximar deles agora no segundo turno.

A voz do agro moderno: derrubando mitos sobre o agronegócio brasileiro

Nesta entrevista, o Instituto Millenium abordou temas como desinformação, ideologia, cultura e a relação entre Estado e mercado. Camila destacou a importância da comunicação eficaz e da integração entre iniciativa privada e apoio estatal para o desenvolvimento contínuo do setor. Também enfatizou a necessidade de combater equívocos e de valorizar a verdadeira essência do agro brasileiro.

Camila Telles

Camila Telles é produtora rural, empresária, comunicadora e defensora do agro brasileiro. Formada em Relações Públicas com especialização em Marketing Estratégico, seus vídeos nas redes sociais têm mais de 1 milhão de visualizações, atingindo também o público que não tem convívio com o setor.

Publicada em 27/10/2023



Instituto Millenium

Camila, a sua jornada de desmistificação sobre o agro nas redes sociais foi impulsionada ao perceber a desinformação que circulava no Brasil. De onde você acredita que surge essa desinformação? Por que há tanta predisposição negativa em relação ao setor? Na sua opinião, quais são os principais desafios e soluções para mudar essa visão distorcida e melhorar a percepção pública?

Camila Telles

Acredito que a origem dessa desinformação no agronegócio surge muito por uma questão ideológica. Há quem veja o agronegócio como algo negativo e, por exemplo, a agricultura familiar como algo positivo, sendo que esta também faz parte do agronegócio. As pessoas têm dificuldade de entender que o agro é uma cadeia produtiva que envolve diversos segmentos, antes, durante e após a produção. Existe essa desinformação porque o setor ficou em silêncio por muito tempo. Em apenas 40 anos, o agro brasileiro foi de importador a exportador de alimentos, tornando-se uma potência mundial. Desenvolvemos muitas tecnologias e inovações, mas esquecemos de comunicar bem. E com a ascensão das redes sociais, muitos influenciadores adotam discursos ativistas baseados em informações incorretas e disseminam mitos, como o leite sendo pus ou que a Amazônia está sendo destruída pelo agro. Minha missão é rebater esses mitos e mostrar que o agro possui profissionais responsáveis que se dedicam ao meio ambiente. O produtor rural, por exemplo, é um dos maiores ambientalistas do Brasil.

Instituto Millenium

Você acredita que existe uma predisposição ideológica contra o agro simplesmente porque ele é bem-sucedido? Ou seria por uma questão eleitoral?

Camila Telles

Muitas vezes o agronegócio foi associado à oposição à esquerda, por diversos motivos, incluindo questões de segurança rural. Temos problemas com movimentos como o MST, que promove invasões de terras. O agro, em grande parte, apoiou o presidente Bolsonaro na última eleição. Mas vale destacar que grandes produtores, até mesmo os maiores, também apoiaram o Lula. Acredito que o que vemos é uma radicalização ideológica nas redes sociais, mais do que uma postura alinhada com a realidade. O agro vai além da política e da ideologia. Independente do governo, continuaremos produzindo, pois as pessoas precisam comer.

Instituto Millenium

E sobre a relação entre influência econômica e cultural do agro. O desenvolvimento do setor tem contribuído para a economia e para a ascensão de novas classes médias, especialmente no Centro-Oeste. Há também uma crescente influência cultural, como a música sertaneja nas rádios e jovens dessa elite estudando nas grandes cidades. Como você vê essa relação entre economia, cultura e agro?

Camila Telles

É evidente que nas regiões onde o agro é mais desenvolvido, há um crescimento econômico. Nessas áreas, as pessoas têm acesso a empregos dignos, estabelecem suas famílias, adquirem suas casas e veículos, e muitos prosseguem para o ensino superior. O agro incentiva muito essa evolução, especialmente pelos grandes produtores nas regiões Centro-Sul e Sudeste.

As críticas ao agro colocaram o setor em evidência. Há aquele ditado: “fale bem ou fale mal, mas fale de mim”. E o agro, por sua relevância, passou a ser mais discutido e observado. Quando falamos de sertanejo, considero que essa música é a raiz do Brasil. A música sertaneja reflete a história do nosso país, a produção de alimentos e a vida no campo. É fundamental valorizar isso. Artistas como Ana Castella trazem essa essência, e é importante que o agro esteja presente em diversos ambientes culturais.

A influência do sertanejo é tão grande que artistas internacionais, como Bruno Mars, incorporaram clássicos sertanejos, como “Evidências”, em seus shows. É uma demonstração do poder dessa música em nosso país.

A imagem estereotipada do “agroboy” ou a representação distorcida do agro em novelas não condiz com a realidade. O agro não é perfeito, mas também não é como muitos pintam. Prova disso são regiões como Sorriso e Sinop, em Mato Grosso, que prosperaram com o avanço do agro.

A história do agricultor brasileiro e os desafios que enfrenta merecem ser mais contadas em filmes, séries e novelas. O Brasil é visto lá fora como o país do futebol, carnaval, entre outras coisas, mas muitos esquecem da nossa essência: a produção de alimentos. Somos uma potência agrícola. Não exportamos apenas soja ou carne; somos o maior exportador de suco de laranja do mundo. Cada bioma brasileiro tem seu próprio conjunto de desafios e riquezas, e isso precisa ser mais valorizado e contado.

As novas gerações devem ouvir e valorizar as histórias dos que vieram antes, aqueles que construíram o setor com muito esforço e dedicação. A desinformação é um problema, e é essencial combater equívocos sobre o setor.

Instituto Millenium

No contexto da relação entre Estado e mercado, seu trabalho destaca dados oriundos de instituições renomadas, como a Embrapa. Todos nós reconhecemos que a trajetória vitoriosa do agro-brasileiro é fruto dessa harmonia entre a iniciativa privada e o apoio estatal. Em sua visão, como podemos aprimorar ainda mais essa sinergia entre o setor público e o privado?

Camila Telles

De fato, essa relação precisa de um aprimoramento contínuo. Durante minhas visitas à Embrapa, por exemplo, deparei-me com diversos pesquisadores cujos trabalhos promissores foram interrompidos por falta de recursos. Essa é uma realidade que não podemos aceitar, sobretudo em centros de pesquisa da envergadura da Embrapa. Nesse cenário, vejo que o papel do governo é fundamental para incentivar e apoiar mais ainda. Muitas vezes sugiro: ao invés de direcionar investimentos apenas para ONGs, por que não fortalecer ainda mais a Embrapa e outros centros de pesquisa? É de lá que surgem soluções para muitos dos desafios que enfrentamos. E, claro, o setor privado, sobretudo o agronegócio, tem mostrado sua proatividade, com produtores buscando soluções inovadoras, criando até startups para otimizar a gestão de suas fazendas. É essencial ampliar os incentivos, pois a pesquisa e a ciência são pilares. Além disso, muitos jovens, mesmo fora do setor, enxergam o agro como uma oportunidade valiosa, e isso é extremamente positivo.

Instituto Millenium

Ao discutir sobre o agro e a atual agenda climática, vemos que o agro moderno tem evidenciado que é viável harmonizar produção agrícola com sustentabilidade. Contudo, percebe-se que o setor enfrenta críticas recorrentes quando o tema é meio ambiente. Como podemos valorizar mais o agro moderno e desfazer certas concepções equivocadas?

Camila Telles

É um desafio imenso. Confrontar grandes veículos de mídia, que por vezes têm uma postura crítica, não é tarefa simples. Mas vejo que a solução está em levar a informação diretamente às bases: escolas, universidades e por meio de eventos informativos como o que temos aqui. Os jovens, sobretudo, necessitam de uma visão ampla. Ao terem contato apenas com um lado da história, sua percepção fica limitada. Precisamos apresentar a outra face, o agro que é sustentável e comprometido. Afinal, o agronegócio brasileiro está muito distante de ser o vilão que alguns pintam. Pelo contrário, é parte da solução. A sustentabilidade, por exemplo, é uma pauta antiga no setor. E com as atuais tecnologias, podemos produzir mais, preservando o meio ambiente. Se conseguíssemos trazer esses jovens para vivenciar um dia em uma fazenda, estou certa de que muitos teriam suas perspectivas transformadas.

Instituto Millenium

Em uma recente visita à Alemanha, você abordou o quanto próxima está a agricultura do futuro. Na sua avaliação, quais inovações têm o potencial de revolucionar o agro brasileiro nos próximos anos?

Camila Telles

Quando abordamos inovação e tecnologia, a imagem que muitos têm é de robôs e processos automatizados. E, sim, eles já são realidade no agro, com drones, softwares avançados e práticas de agricultura de precisão. Porém, desejo ressaltar um ponto crucial: não teremos evolução tecnológica sem profissionais qualificados. Por trás de cada inovação, há pessoas. E o agro brasileiro clama por mão de obra especializada. Precisamos desfazer o mito de que trabalhar no agro é sinônimo de trabalho braçal sob o sol. Estamos falando de um dos setores mais tecnológicos do planeta. E temos tecnologia desenvolvida aqui sendo aplicada no exterior. O grande questionamento é: por que muitos de nossos jovens não percebem esse potencial? Temos tantas oportunidades e possibilidades no Brasil! Precisamos atraí-los, mostrando que o agro é, sem dúvida, um dos setores que mais demanda por profissionais qualificados e inovação.

Crescimento Econômico

Entre impostos e exceções: uma análise sobre o relatório da reforma tributária

Dias após a apresentação do relatório da PEC 45 pelo senador Eduardo Braga no Senado, o cenário tributário brasileiro parece prestes a sofrer uma das maiores transformações das últimas décadas. Essa etapa sinaliza um avanço significativo rumo à aprovação da reforma tributária, alimentando debates acalorados entre especialistas, políticos e a sociedade civil. Diante desse panorama, e para entender melhor as implicações desta proposta, conversamos com Maria Carolina Gontijo, a “Duquesa de Tax”. Conhecida por sua capacidade de esclarecer os mais complexos temas tributários, Gontijo, colaboradora do Instituto Millenium, discorre sobre o relatório recentemente aprovado e as perspectivas para o sistema tributário brasileiro.



Maria Carolina Gontijo

Maria Carolina Gontijo, conhecida como a Duquesa de Tax é Tributarista e colunista do Instituto Millenium.

Publicada em 27/10/2023

Instituto Millenium

Após a apresentação do relatório da PEC 45 pelo senador Eduardo Braga, quais são as alterações mais marcantes em relação à versão anterior?

Maria Carolina Gontijo

As três mudanças mais significativas são: (1) A delimitação do imposto seletivo. Antes, estava muito aberto, o que gerava insegurança nas empresas. Agora, ele tem a finalidade não arrecadatória, mas sim de coibir o consumo de produtos e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Com essa definição mais precisa, evita-se a cumulatividade desse imposto; (2) A decisão de não utilizar o imposto seletivo para equalizar a situação da Zona Franca de Manaus. Tentativas anteriores de ajuste com esse imposto poderiam criar confusões. A solução atual é a CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico) aplicada a produtos da Zona Franca de Manaus; (3) A introdução de uma alíquota diferenciada, reduzida em 30%, para profissionais que prestam serviços de natureza intelectual, como advogados e arquitetos. Entretanto, esta medida pode afetar a alíquota geral que todos pagam. Essas foram, em minha opinião, as principais alterações no relatório apresentado.

Instituto Millenium

Dadas as recentes alterações, você se surpreendeu com a quantidade de categorias adicionadas às exceções? Como isso se posiciona em relação às práticas tributárias dos países da OCDE?

Maria Carolina Gontijo

A própria OCDE destaca a importância da neutralidade tributária e aconselha a evitar exceções para prevenir distorções econômicas. Embora o ideal seja não ter exceções, confesso que, considerando a atuação de vários grupos de interesse no Senado, esperava mais exceções do que as que foram apresentadas no texto. Não que o número de exceções tenha sido pequeno, mas sim, esperava um número ainda maior. Além das exceções já discutidas, é essencial ficarmos atentos aos regimes específicos propostos. Estes não significam necessariamente benefícios, mas é crucial garantir que não se tornem mais uma forma de exceção. Fui, de certa forma, surpreendida pelo texto, pois esperava mais exceções do que as que foram propostas.

Instituto Millenium

Houve alterações na proposta do “cashback” que pretendia devolver o imposto da cesta básica? E qual sua visão sobre o “cashback” em comparação com a simples desoneração dos produtos da cesta básica?

Maria Carolina Gontijo

O conceito de “cashback” ganhou mais força no relatório do senador Eduardo Braga em comparação ao que foi aprovado na Câmara. A proposta inicial da Câmara era uma Cesta Básica Nacional com alíquota zero e uma lista de alimentos para consumo humano com alíquota reduzida. Agora, no novo relatório, temos três categorias para alimentos: uma Cesta Básica Nacional mais enxuta com alíquota zero, outra lista mais ampla de alimentos com alíquota reduzida em 60% - e é nesta lista que o “cashback” será aplicado -, e por fim, outros alimentos que serão tributados na alíquota padrão. A desoneração total pode acabar beneficiando até quem não precisa, tornando-se uma política menos eficaz para reduzir desigualdades. O “cashback”, embora seja uma proposta nova e ainda desconhecida para muitos, pode ser uma alternativa mais eficiente, focada nos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Contrariando expectativas, o “cashback” não foi retirado; na verdade, ele agora está mais presente e robusto no texto do que antes.

Instituto Millenium

Qual sua avaliação da proposta de trava contra aumento da carga tributária? Seria um modelo eficiente?

Maria Carolina Gontijo

Vejo a proposta de trava contra o aumento da carga tributária como um modelo que merece ser testado. No Brasil, há sempre um risco associado a tais propostas: elas podem não ser plenamente implementadas. Ainda assim, essa trava serve como uma garantia, trazendo certo alívio frente a possíveis aumentos contínuos na carga tributária. Uma ressalva é que essa trava pode levar o governo a se acomodar, evitando cortes nos gastos para reduzir a tributação. No entanto, prefiro manter um olhar positivo, considerando essa trava uma alternativa superior à fixação de alíquotas no texto constitucional. Se bem implementada, pode sim ser um bom mecanismo.

Instituto Millenium

Com base nas discussões atuais, você acredita que o texto passará por mais mudanças significativas no Senado, especialmente em relação às exceções?

Maria Carolina Gontijo

Acredito que ainda presenciaremos algumas alterações no texto durante sua tramitação no Senado. No entanto, o texto atual já mostra um alinhamento com a Câmara, mantendo o cerne da PEC 45. A meta parece ser a promulgação ainda em 2023. Mesmo que haja mudanças, não estou certa de que serão profundamente significativas. Quanto às exceções, não alimento esperanças de uma diminuição em seu número. O debate no relatório do Senado já avançou nesse sentido, e parece que teremos que aceitar as exceções propostas.

Instituto Millenium

Em geral, você se sente otimista em relação à reforma? Se aprovado na forma atual, nosso sistema tributário estará em uma posição mais favorável?

Maria Carolina Gontijo

Eu valorizo essa pergunta porque me esforço para elucidar, especialmente nas redes sociais, a complexidade de nosso sistema atual. Muitos criticam as numerosas exceções na PEC 45, mas é preciso compreender a quantidade de exceções que já existem hoje, considerando IPI, ISS, ICMS e outras legislações. É uma situação complicada, com regulamentos que transformam definições simples em algo confuso. Ainda assim, mesmo com suas imperfeições, a PEC 45 representa uma melhora considerável em relação ao que temos hoje. Ela promete simplificação e previsibilidade, características valiosas para qualquer sistema tributário. Continuo otimista, vendo a reforma como um passo crucial para nos afastarmos do caos tributário atual.

Crescimento Econômico

Prosperidade sustentável e coesão social só se alcançam com crescimento econômico e liberdade

Nesta entrevista exclusiva com o Instituto Millenium, Vásquez aborda os desafios e oportunidades enfrentados pela América Latina. Ele discute o papel do crescimento econômico na redução da pobreza e dos conflitos sociais, enfatizando a importância de políticas sustentáveis e de longo prazo em vez de booms econômicos de curta duração. Vásquez ressalta a necessidade do liberalismo clássico de não apenas defender um governo limitado e mercados livres, mas também de ser um campeão dos fundamentos morais de uma sociedade livre, incluindo tolerância e respeito pelas escolhas individuais de vida.



Ian Vásquez

Ian Vásquez é Vice-presidente de Estudos Internacionais e Diretor do Centro para a Liberdade e Prosperidade Global do Instituto Cato.

Publicada em 10/11/2023

Instituto Millenium

Considerando a atual turbulência política e as frequentes mudanças de poder na América Latina, como você vê a relação entre estagnação econômica e aumento de conflitos sociais? Será que uma agenda focada em crescimento e competitividade poderia promover a coesão social na região?

Ian Vásquez

Certamente, o crescimento econômico se apresenta como a única via para melhorar continuamente o bem-estar material dos latino-americanos. Ele tem uma ligação direta com a diminuição da pobreza e avanços em diversos indicadores de desenvolvimento humano, incluindo longevidade e acesso à água potável. Além disso, o crescimento econômico frequentemente conduz à redução dos conflitos sociais, visto que atende às necessidades básicas das pessoas. Contudo, um desafio persistente na América Latina é o padrão de crescimento marcado por ciclos de expansão e recessão. Tal crescimento não é sustentável a longo prazo, pois não se fundamenta em políticas e instituições capazes de gerar riqueza de forma contínua, diferentemente daquelas que inibem o crescimento mas permanecem em voga quando os preços das commodities estão elevados. Para um crescimento verdadeiramente autossustentável, a região necessita fomentar políticas que gerem riqueza, ampliem a liberdade econômica e estimulem a concorrência e a competitividade. Essa tem sido a abordagem de economias bem-sucedidas, algo que muitos países latino-americanos ainda precisam adotar.

Instituto Millenium

Ao analisar exemplos na América Latina onde governos de diferentes espectros políticos incorporaram elementos da agenda liberal, quais lições, na sua opinião, os defensores do liberalismo deveriam assimilar para promover suas ideias, tanto dentro quanto fora do âmbito político institucional?

Ian Vásquez

É fundamental que os liberais clássicos, além de advogarem por reformas políticas alinhadas com um governo limitado, mercados livres e paz, também defendam os valores morais de uma sociedade livre. Isso inclui a importância da tolerância, da troca voluntária e do respeito pelas escolhas de vida alheias, desde que essas escolhas respeitem os direitos dos demais. Esses princípios constituem a base ética de uma sociedade verdadeiramente livre e fundamentada em princípios liberais. Defender esses valores é crucial, pois a política é, em última instância, um reflexo da cultura. O sentimento e as crenças culturais predominantes influenciam decisivamente as escolhas políticas e a conformação das instituições. A ausência dessa defesa pode resultar em países com políticas sólidas, mas que sofrem com um sistema político e uma sociedade que não valorizam a base moral dessas políticas bem-sucedidas.

Instituto Millenium

Diante da valorização dos freios e contrapesos pelo pensamento liberal, como você aborda a crítica de que esses mecanismos podem gerar uma “vetocracia”, paralisando a ação do Estado, sem comprometer a liberdade individual e a limitação do poder?

Ian Vásquez

Certamente, o crescimento econômico se apresenta como a única via para melhorar. Reiterando o que Lord Acton expressou no século XIX, “o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”, essa máxima permanece verdadeira e relevante. É por isso que liberais clássicos, ou qualquer pessoa comprometida com a limitação do poder absoluto, não deveriam abandonar os sistemas de freios e contrapesos. Esses mecanismos são essenciais para restringir abusos de poder e não devem ser ignorados, mesmo que os resultados nem sempre sejam favoráveis. Abrir exceções nesse sistema é abrir caminho para todo tipo de abuso. Se houver casos em que os freios e contrapesos parecem restringir excessivamente o funcionamento do Estado, deve-se primeiro avaliar se isso é benéfico ou prejudicial. Limitar a ação do Estado não é necessariamente ruim e pode ser muitas vezes benéfico. Contudo, se esse impasse se torna um problema crônico, a solução pode estar em outro lugar, talvez no sistema político ou em outras instituições falhas da sociedade, ou até na cultura dominante. Portanto, é mais prudente abordar esses problemas subjacentes do que descartar um dos pilares fundamentais da liberdade.

Instituto Millenium

Com iniciativas como o BRICS e a Belt and Road Initiative da China ganhando destaque na América Latina, qual é a sua avaliação da “Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica”, anunciada por Biden, em termos de impulsionar o comércio e a liberdade econômica na região?

Ian Vásquez

A “Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica” me parece uma iniciativa mais simbólica do que substancial. Ela parece ser motivada por uma combinação de preocupação com a influência da China na América Latina e o desejo de reduzir a imigração para os Estados Unidos. A administração Biden parece crer que, ao impulsionar essa iniciativa, poderá aprimorar a prosperidade latino-americana e, assim, diminuir a imigração para os EUA, inclusive a ilegal. Mas não acredito que esta iniciativa vá alterar significativamente os fluxos de imigração ou realmente combater a influência da China. Primeiramente, se fosse bem-sucedida em promover prosperidade, paradoxalmente, poderia até incentivar mais imigração para os EUA, já que mais prosperidade geralmente aumenta a capacidade de migração. Além disso, a iniciativa não parece focar o suficiente em promover a prosperidade

de maneira ampla. Ela não estabelece uma área de livre comércio nas Américas, mas foca em setores específicos, seguindo uma lógica quase industrialista, que historicamente não tem sido eficaz. Sem fomentar a prosperidade por meio do livre comércio e uma maior integração imigratória, faz pouco para contrabalançar a China. Ademais, combater a China não parece um objetivo bem fundamentado. Embora a China possa fazer escolhas questionáveis em seus investimentos globais, boas oportunidades de investimento por parte dela deveriam ser vistas como vantajosas para os países latino-americanos, assim como as oportunidades oferecidas pelos EUA ou outros países.

Instituto Millenium

Considerando a peculiaridade da Argentina, onde a liberdade política é significativa, mas a liberdade econômica é limitada, e levando em conta as tentativas de reformas liberais durante o governo Macri, que não conseguiram amplo apoio político nem os resultados esperados, quais lições sobre a viabilidade e impacto do liberalismo na América Latina podem ser aprendidas com as próximas eleições no país?

Ian Vásquez

Uma lição importante da Argentina sob Mauricio Macri é que uma defesa apática das ideias e políticas liberais clássicas, aliada a uma abordagem gradual, não é eficaz. Os defensores do liberalismo clássico precisam comunicar de forma clara e consistente o motivo pelo qual toda a agenda política deve ser implementada integralmente. Caso isso não seja viável politicamente, deve ficar claro para o eleitorado por que optar por uma alternativa representa a escolha de políticas fracassadas, enquanto a opção liberal não testada permanece uma via viável. Este foi um problema na Argentina e, na minha visão, também no Chile sob Sebastián Piñera, que foi ineficaz na defesa do liberalismo e na promoção de uma agenda liberal, sendo identificado com essa agenda e falhando nesse ponto. Houve uma percepção equivocada de que o livre mercado ou a agenda liberal fracassaram. Demorou anos na Argentina até que alguém defendesse claramente uma abrangente agenda liberal clássica, e outra lição da situação atual da Argentina é que, quando essas ideias são defendidas de forma clara e coerente, elas são politicamente viáveis.

Crescimento Econômico

A disputa interna prejudicou muito a oposição: Reflexões sobre as eleições argentinas

À medida que a Argentina se aproxima do segundo turno das eleições presidenciais, marcadas para 19 de novembro (domingo), o cenário político do país apresenta-se mais complexo e intrigante do que nunca. De um lado, Sergio Massa, o peronista representando a coalizão incumbente, busca manter o legado e a influência de seu grupo político. Do outro, o emergente libertário Javier Milei, que, apesar de ser uma novidade na política argentina, conseguiu capturar o apoio de uma significativa parcela da oposição de centro-direita, representada pela coalizão Juntos por el Cambio.

Alejandro Bongiovanni

Alejandro Bongiovanni é advogado, mestre em Direito, Economia e Ciéncia Política, e diretor da Fundación Libertad. Recentemente foi eleito deputado pela coalizão Juntos por el Cambio.

Publicada em 17/11/2023



Instituto Millenium

Em um artigo recente, você mencionou que Javier Milei carece de capacidade, experiência política e estabilidade emocional para ser presidente. No entanto, indicou que ainda assim votaria nele. Poderia explicar melhor essa postura?

Alejandro Bongiovanni

Acredito que para ser presidente é necessário respeitar a formação em temas relacionados ao Estado, independentemente de quão liberal se seja. Embora eu mesmo seja bastante liberal e defenda a redução do Estado, entendo que para modificar algo, é preciso primeiro compreender como ele funciona. Isso inclui entender onde estão os 'botões' de controle, os mecanismos e os processos administrativos. No caso de Javier, não vejo nele essa capacidade em um grau suficiente.

Instituto Millenium

Alguns think tanks, organizações da sociedade civil e pesquisadores acusam Milei de ser um ataque à democracia argentina, enquanto seu partido tem poucas cadeiras no Congresso e o apoio de Juntos Por El Cambio está fragmentado. Além disso, parece faltar apoio de grande parte da sociedade civil e do poder judiciário para implementar sua agenda completa. Você acredita que, mesmo assim, Milei pode representar um risco para a democracia?

Alejandro Bongiovanni

Não acredito que Milei represente um risco para a democracia. A democracia na Argentina é sólida e existe um forte consenso democrático, que abrange desde a esquerda até a direita. Devemos parar de criar alardes e invocar fantasmas. Ninguém é uma ameaça à democracia. Passaram 40 anos desde a restauração democrática e não faz sentido que a cada eleição, o kirchnerismo nos diga, à oposição, que somos uma ameaça à democracia. Isso é um exagero que não deve ser mais tolerado.

Instituto Millenium

No esforço de escolher um sucessor, o governo argentino anunciou, pouco antes das eleições, a isenção do imposto de renda para 99% da população, aumentou o valor das pensões, concedeu bônus aos aposentados e deixará um delicado legado econômico. Neste contexto, você acredita que uma vitória de Milei seria boa ou má para a propaganda e reputação das ideias de liberdade, especialmente na América Latina?

Alejandro Bongiovanni

Não é uma questão de vitória ou derrota, mas sim de como as coisas evoluem. Acredito que, se Milei liderar um governo razoável, seria natural que os espaços liberais o tomassem como exemplo. Por outro lado, se for um governo ruim, é lógico que isso prejudique, de certa forma, a reputação dos liberais.

Instituto Millenium

No segundo turno, Milei adotou um tom mais conciliador, tentando convencer uma parte do eleitorado mais centralizado e reconciliar-se com o grupo político de Macri. Você acredita que, uma vez eleito, ele manterá essa linha?

Alejandro Bongiovanni

Sim, eu acredito que esse tom conciliador ou mais moderado será mantido, pois, se eleito, não será um presidente com grande força política. Ele não terá muitos prefeitos, governadores, deputados ou senadores ao seu lado. Portanto, será necessário buscar consenso e diálogo, quer ele queira ou não. Acredito que essa tendência ao diálogo, mesmo que forçada, é algo positivo.

Instituto Millenium

Diante de resultados econômicos desastrosos, não seria irracional imaginar que a oposição teria um desafio fácil para derrotar o governo atual na Argentina. O que aconteceu? Que lição os liberais latino-americanos devem tirar deste momento na Argentina?

Alejandro Bongiovanni

Acredito que a disputa interna (entre Patricia Bullrich e Horacio Rodríguez Larreta) prejudicou muito a oposição, uma disputa que seria saudável em contextos normais, mas em uma crise tão abrupta como a que a Argentina enfrenta, acabou sendo vista como uma briga de políticos desconectados da população. Não estou dizendo que foi assim, mas foi essa a percepção. A entrada de Milei foi decisiva para que a coalizão Juntos por el Cambio não conseguisse vencer Sergio Massa, mesmo no primeiro turno. Se a oposição fosse unida, Sergio Massa não teria tido chances. Além disso, a utilização do aparato estatal e os recursos empregados por Massa na campanha também ajudam a explicar o seu resultado.

Instituto Millenium

Se Massa for eleito, você acredita que existe alguma possibilidade de uma mudança de direção na política econômica argentina?

Alejandro Bongiovanni

Se Massa for eleito, acredito que ele tentará remediar a situação, provavelmente buscando aumentar os impostos sobre os setores produtivos e tentando impor mais pressão fiscal sobre a Cidade de Buenos Aires. Ele provavelmente tentará postergar o pagamento da dívida e as reformas econômicas o máximo possível, para minimizar o impacto nas corporações. Massa é um homem ligado às corporações, ao capitalismo de compadrio, ao mal chamado capitalismo, que busca garantir negócios para todos os seus parceiros. Portanto, não vejo nele uma tendência a realizar reformas profundas, mas sim a aplicar medidas paliativas.

Instituto Millenium

Na sua opinião, quem é o favorito para este domingo?

Alejandro Bongiovanni

O favorito para este domingo, na minha opinião, é Javier Milei, com uma diferença de entre 4 e 5 pontos, de acordo com os números que tenho visto.

Agilidade Institucional

Limites do Poder: uma análise da PEC 8/2021 e o futuro da justiça constitucional no Brasil

A conversa abrange desde as motivações políticas por trás da PEC até as consequências práticas para a estrutura judicial do país. Vilhena discute a complexa relação entre os poderes Legislativo e Judiciário e reflete sobre o futuro da justiça constitucional no Brasil, em um momento em que se observa uma crescente tensão entre as instituições.

Oscar Vilhena

Oscar Vilhena é jurista e professor da FGV Direito SP. Com uma formação diversificada em direito e ciência política, Vilhena é referência em questões constitucionais e de direitos humanos.

Publicada em 27/11/2023



Instituto Millenium

Como você interpreta a aprovação da PEC 8/2021 pelo Senado? Quais podem ser os efeitos gerais dessa medida no cenário político e institucional brasileiro?

Oscar Vilhena

A proposta de emenda é claramente uma retaliação do Senado Federal contra o protagonismo alcançado pelo Supremo Tribunal Federal nas últimas décadas. Há muitos ressentimentos por parte da classe política em relação ao Supremo, que passam por parte da esquerda, mas especialmente por parte da direita e da extrema direita. O papel central do Supremo na defesa da democracia no período Bolsonaro, jamais foi assimilado pela direita brasileira.

Dito isso, há um problema grave na jurisdição constitucional brasileira - que venho denunciando desde 2008, quando escrevi um texto denominado Supremocracia, que é o emprego exacerbado de decisões monocráticas em detrimento do plenário por parte dos ministros do Supremo. Esse é um problema muito sério, pois gera insegurança jurídica, inconsistências na aplicação do direito, além de falta de controle do colegiado sobre os gabinetes.

Esse problema começou a ser enfrentado pela alteração do Regimento Interno do STF, promovido pela Ministra Rosa Weber, em dezembro do ano passado. Daí a medida aprovada pelo Senado me parece desnecessária. Há que se destacar, no entanto, que a emenda aprovada pelo Senado é ainda mais restritiva que as impostas pelo regimento, podendo gerar alguns problemas. Ao proibir medidas cautelares monocráticas, poderá em determinadas circunstâncias deixar vulneráveis direitos fundamentais, a paz social ou mesmo a ordem pública. A solução regimental me parece mais adequada, pois impõe que as decisões monocráticas sejam imediatamente submetidas ao plenário.

Instituto Millenium

Qual é a sua visão sobre a possibilidade e as implicações de uma eventual anulação da PEC 8/2021 pelo STF?

Oscar Vilhena

A proposta de emenda é claramente uma retaliação do Senado Federal contra o protagonismo O Supremo já decidiu no passado – durante o plano Collor – que nenhuma lesão ou ameaça a direito poderá deixar de ser apreciada pelo Judiciário, em plena conformidade com o inciso XXXV, artigo 5º da CF. A obtenção de uma cautelar quando houver risco

de lesão irreparável do direito, em face da demora na apreciação de um ato ou lei, é parte do direito fundamental de acesso à Justiça. Assim, toda forma de embaraçar o acesso à Justiça é uma violação de uma cláusula pétreia da Constituição. Nesse sentido, o Supremo poderá sim declarar a inconstitucionalidade de uma eventual emenda restritiva dos direitos fundamentais. Não creio, no entanto, que isso será necessário, pois deverá prevalecer no final dessa refrega o que foi estabelecido pelo Regimento. Temos que restringir as decisões monocráticas ao máximo, sem que isso, no entanto, iniba a devida proteção de direitos. E isso já foi equacionado pelo Regimento do Supremo.

Instituto Millenium

A PEC 8/2021 entra em um debate complexo sobre os limites entre interpretação e criação da lei pelos juízes. Poderia compartilhar sua perspectiva sobre como essa medida se relaciona com essa distinção?

Oscar Vilhena

Não há dúvida de que o Supremo alçou a uma posição central em nosso sistema político, com a constituição de 1988, que lhe conferiu amplíssimos poderes. Também é verdade que o Supremo passou a emitir decisões sobre uma enorme gama de temas que antes estavam reservados aos legisladores e mesmo ao Executivo. Quem transferiu esses poderes ao Supremo foi o próprio legislador constituinte. Mais do que isso, aqueles que mais demandam a intervenção do Supremo em questões políticas, morais e econômicas, são os próprios partidos políticos. A politização do Supremo é em grande medida decorrente da incapacidade do sistema político de resolver os seus problemas, que terminam transbordando para o sistema de justiça. Isso não significa que não haja ministros que avancem o sinal, buscando impor suas decisões sobre o plenário e mesmo sobre os demais poderes. E isso deve ser corrigido. Aumentar a colegialidade, reduzir o protagonismo individual, produzir decisões mais consistentes é o que precisamos.

Instituto Millenium

Na sua opinião, a movimentação em torno da PEC 8/2021 estaria associada de alguma forma à importação do conceito de ‘weak judicial review’, onde o legislativo e o executivo têm a capacidade de rejeitar decisões constitucionais do Judiciário de forma pública?

Oscar Vilhena

Sim. Há um movimento em diversos países, especialmente por parte de juristas mais à direita, mas não só, empenhados em reduzir o papel dos tribunais constitucionais nos sistemas políticos. No entanto, esse é um debate cheio de armadilhas, pois muitas vezes não leva em consideração a história concreta de cada país, de cada democracia. Podem países com minorias historicamente discriminadas abdicar de um controle constitucional forte, que proteja essas minorias dos ataques das maiorias? Devem países muito desiguais, como Brasil, Índia, Estados Unidos ou África do Sul, abdicar de um Judiciário forte que possa ser mobilizado por grupos que não conseguem mobilizar o sistema político? Creio que a resposta é negativa. Há um viés anglicano, inspirado no modelo político majoritário Britânico, nessas concepções. Por outro lado, não se deve desconsiderar que grande parte dos populistas autoritários da última década tiveram as cortes constitucionais como alvos de seus ataques. Veja o que aconteceu na Venezuela, Hungria, Turquia, Brasil e especialmente em Israel. Nos Estados Unidos isso não ocorreu porque a Suprema Corte se converteu, ela própria, num bastião conservador. Mas se olharmos para os ataques de Trump aos juízes federais e mesmo algumas cortes estaduais americanas, o problema se repete.

Instituto Millenium

Como a PEC 8/2021 pode afetar a abordagem do STF em relação a ‘casos difíceis’, que envolvem questões morais e políticas complexas?

Oscar Vilhena

Penso que a PEC, em sua versão original, era uma tentativa de acuar o Supremo. Seu texto já foi bastante desidratado, felizmente. Seu vício maior, que era a possibilidade de o legislador derrubar decisões do tribunal – como se pretende em Israel ou foi feito aqui durante o Estado Novo -, foi abandonado. Caso a PEC venha a ser aprovada, com o atual texto, isso afetará predominantemente a forma coletiva como passará o Supremo a deliberar. No mais, as coisas seguirão o seu rumo. Não podemos ser ingênuos. Os tribunais não decidem no vácuo. O Supremo irá entender que questões mais polêmicas devem ser enfrentadas com mais cuidado, para que a autoridade do tribunal não seja contestada. Mais cuidado não significa omissão, mas maior qualidade na deliberação e consistência na elaboração das decisões.

Instituto Millenium

Considerando as mudanças propostas pela PEC 8/2021, como você vê o futuro da justiça constitucional no Brasil? Estamos caminhando para um cenário de maior estabilidade ou de crescentes tensões institucionais?

Oscar Vilhena

Penso que o Supremo já estava num movimento de autocontenção, com a reforma de seu Regimento, quando veio o 8 de janeiro e um ataque inaceitável à sua jurisdição e à democracia brasileira. A reação do tribunal foi dura e isso tem levado a uma retaliação por parte de diversos segmentos da política brasileira. Não creio que haverá uma pacificação próxima, pois temos assistido a uma mudança na cultura política brasileira, que se torna cada vez mais conservadora, contrapondo-se ao próprio ethos da Constituição. Sempre que o Supremo exercer sua função de guardião da Constituição, enfrentará ataques dos inimigos da Constituição. Essa é uma realidade. Isso não significa, no entanto, que o Supremo não deva melhorar seu processo de deliberação. Isso é uma obrigação do tribunal que, inclusive, o deixará menos vulnerável aos ataques.

Instituto Millenium

Considerando as dinâmicas distintas entre o STF e os governos de Bolsonaro e Lula, com o primeiro caracterizado por um conflito mais explícito e o segundo por interações mais de bastidores, como você avalia essas diferentes abordagens nas relações entre o Executivo e o Judiciário? Isso reflete uma mudança significativa na forma como os conflitos institucionais são gerenciados?

Oscar Vilhena

O poder é sempre um fenômeno relacional. A relação entre os poderes, portanto, sempre será dinâmica. A relação de FHC com o tribunal era uma, a relação de Lula, outra. Tendo a crer que quando o sistema representativo age de forma mais consensual, o papel do tribunal tende a ser mais tímido. Quando os conflitos políticos se acirram, o tribunal é acionado e se politiza. Vivenciamos um duro ataque à democracia, na cauda de um longo processo de instabilidade que começou em 2013. É natural que todos esses conflitos tenham respingado no Supremo.

Se quisermos traçar algumas categorias grosseiras, apenas para ressaltar o modo como o sistema político brasileiro tem funcionado desde a redemocratização, eu diria que passamos por períodos de hiper presidencialismo de coalizão, presidencialismo de cooptação; um quasi semipresidencialismo; momentos de supremocracia e neste momento uma ascensão do parlamento, que não seria um problema, se o parlamento brasileiro estivesse submetido a regras mais claras de responsabilidade política, o que não ocorre. Então temos um processo de empoderamento do legislativo sem a correspondente capacidade de controle e responsabilização desse poder.

PL 3954/2023: as mudanças na Lei de Licitações

A recente aprovação do PL 3954/2023 pela Câmara dos Deputados, que altera as normas de transparência em licitações municipais, levantou questões significativas sobre o processo legislativo e democrático no Brasil. Aprovado de maneira acelerada e sem o usual debate em comissões, este projeto de lei representa um marco notável na legislação brasileira.

Bruno Carazza

Bruno Carazza é Doutor em Direito, mestre em Economia e professor associado da Fundação Dom Cabral.

Publicada em 06/12/2023



Instituto Millenium

Poderia explicar o que é o PL 3954/2023 e qual seu objetivo principal? Quais alterações significativas esse projeto traz para a Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

Bruno Carazza

Em 2021, o Congresso aprovou uma nova lei de licitações e contratos administrativos no Brasil, substituindo a lei 8666 de 1993. Esta lei, considerada ultrapassada, foi modernizada após anos de discussão. Agora, antes mesmo de sua plena vigência, o PL 3954 de 2023 propõe alterações nesta nova lei.

O destaque da nova lei é a introdução de duas formas de disputa em licitações: aberta e fechada. Na aberta, como nos pregões eletrônicos, o governo define um preço básico e os concorrentes fazem lances públicos até chegar ao menor preço. Na fechada, aplicável a situações técnicas ou concessões públicas, as empresas apresentam propostas em envelopes fechados em um dia e horário determinados, e a melhor proposta é escolhida. Esses métodos permitem que a administração pública escolha o mais adequado para cada situação.

O PL 3954, apresentado pela senadora Tereza Cristina (PP/MS), propõe uma regra específica para serviços de engenharia acima de R\$ 1,5 milhão, exigindo a disputa fechada. Isso elimina a transparência e concorrência da disputa aberta, podendo levar a preços mais altos e incentivando a cartelização. Além disso, o projeto estende essa regra aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, setores já marcados por problemas de corrupção. Portanto, esta proposta levanta preocupações significativas sobre transparência e integridade nas licitações públicas.

Instituto Millenium

A rápida aprovação do PL indica um consenso amplo entre os políticos. Isso sugere que a lei é equilibrada, ou reflete um acordo mais abrangente para enfraquecer os mecanismos de transparência e integridade nas compras públicas?

Bruno Carazza

A tramitação do PL 3954 ocorreu de maneira surpreendentemente rápida, algo raro no Congresso Nacional. O projeto, introduzido pela senadora Teresa Cristina em 16 de agosto, passou apenas pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovado no início de novembro sem ir a plenário no Senado. Foi um caso de aprovação tácita, com mínima discussão sobre o mérito.

Na Câmara, a tramitação foi ainda mais rápida, durando menos de uma semana, sem passar

por nenhuma comissão, incluindo a de Constituição e Justiça. Conduzido pelo deputado Elmar Nascimento (UB/BA), o projeto foi apresentado em plenário, votado e aprovado na madrugada, majoritariamente por votação remota, com 307 votos a favor e apenas 27 contra.

Esta rápida aprovação, com escassa discussão e debate, sugere um forte interesse dos setores beneficiados, que mobilizaram os deputados. O projeto, com potencial para gerar escândalos de corrupção e superfaturamento em contratos de engenharia e serviços de limpeza urbana, reflete uma postura da classe política brasileira contrária à transparência, competição e bom uso dos recursos públicos. A ausência de um debate aprofundado com especialistas, de acompanhamento pela imprensa e de envolvimento da sociedade é preocupante.

Instituto Millenium

Na sua visão, tal aumento na agilidade das licitações implica em maior risco de corrupção? Existem mecanismos que possam assegurar tanto a rapidez quanto a integridade no processo?

Bruno Carazza

O dilema entre desburocratizar as licitações, tornando-as mais rápidas e ágeis, e ao mesmo tempo manter controles efetivos contra a corrupção, é na verdade um falso dilema. É possível ter um processo de licitação que seja tanto ágil quanto íntegro. A chave para isso é a transparência, que permite o acompanhamento da imprensa, organizações sociais e da população, sem que o processo se torne excessivamente moroso ou burocrático.

A transparência facilita a competição e a concorrência, reduzindo as chances de conluios e cartéis. O sistema de disputa aberta, como o pregão eletrônico, exemplifica um processo que é rápido e atende aos interesses da administração e da sociedade, contratando produtos de qualidade pelo menor preço.

A nova lei de licitações tenta equilibrar integridade e agilidade, permeada pela transparência. No entanto, o Congresso está prejudicando esse novo sistema antes de sua plena implementação, alterando as regras antes de entrarem plenamente em vigor no final de dezembro deste ano.

Instituto Millenium

Quais lições os históricos escândalos de corrupção no Brasil, como os que inspiraram a Lei 8.666 e a Operação Lava Jato, trazem para a gestão e fiscalização de licitações? Como essas

lições poderiam influenciar a formulação do PL 3954/2023?

Bruno Carazza

Historicamente, o Brasil tem reagido a grandes escândalos de corrupção com a modernização do direito administrativo. A Lei 8.666 surgiu em resposta a escândalos no final dos anos 80 e início dos 90, como o caso da Ferrovia Norte-Sul e o escândalo do PC Farias. Logo após a implementação desta lei, surgiu o escândalo dos anões do orçamento. Esses eventos levaram o Congresso a reforçar as regras sobre licitações.

Com o tempo, outros escândalos emergiram, como a Operação Castelo de Areia, o escândalo dos sanguessugas, e a Operação Lava Jato, todos ligados à licitações e contratos, revelando a formação de cartéis e práticas de superfaturamento. A nova Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade das Estatais surgiram como respostas a esses escândalos, visando dificultar práticas corruptas.

Portanto, ao observar o Congresso enfraquecer essas novas regras com projetos como o PL 3954/2023, fica evidente uma tendência preocupante. A mobilização do Congresso, abrangendo todo o espectro político, para enfraquecer medidas anticorrupção é desanimadora e reflete negativamente no sistema político e na percepção da democracia pelo povo brasileiro. Isso mostra um passo adiante seguido por dois passos atrás, o que é lamentável para o ambiente político no Brasil.

Instituto Millenium

A aprovação relâmpago do PL 3954/2023 levanta questões importantes sobre o funcionamento da nossa democracia e a qualidade do processo legislativo no Brasil. Como você avalia o fato de uma lei com impactos tão significativos ser aprovada rapidamente, sem o mínimo debate público?

Bruno Carazza

A aprovação acelerada e sem debate do PL 3954/2023 evidencia a necessidade de aprimorar as regras do nosso processo legislativo. É crucial retomar e respeitar os ritos processuais previstos nos regimentos da Câmara e do Senado. Atualmente, observamos uma diminuição no debate em comissões temáticas, essenciais para análise aprofundada de projetos.

Um processo legislativo eficiente requer discussões amplas na sociedade, a realização de audiências públicas com participação de especialistas, interessados e avaliação técnica prévia dos impactos dos projetos. Infelizmente, estas práticas não têm sido respeitadas, e

este caso é apenas um exemplo dentre muitos.

A consequência é a criação de legislações pobres, muitas vezes contrárias ao interesse público, e a abertura de espaços para corrupção e mau uso de recursos públicos. O descumprimento dessas práticas de debate e transparência prejudica significativamente a qualidade do processo legislativo no Brasil.

Mobilidade Social

Livro lançado pelo Insper revela que ensino técnico eleva a renda em 32%

O livro ‘Impacto da educação técnica sobre a empregabilidade e a remuneração’, lançado pelo Insper nesta semana, reúne os resultados das principais avaliações de impacto de Educação Profissional e Técnica Nível Médio (EPTNM) no Brasil, destacando o potencial desse ensino para o desenvolvimento econômico e social do país.

O Instituto Millenium realizou uma entrevista com Laura Müller Machado e Andrezza Rosalém, autoras do livro, juntamente com Ricardo Paes de Barros, professor titular do Insper, Lígia Lóss Corradi, consultora em pesquisa socioeconômica, e Samuel Franco, sócio-diretor da Oppen Social.



Laura Müller Machado e Andrezza Rosalém

Publicada em 07/12/2023

Instituto Millenium

Vamos começar com o tema central do livro. Qual o impacto da educação técnica sobre a empregabilidade e a remuneração dos jovens?

Laura Müller Machado

Os resultados encontrados apontam que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) eleva o valor presente da remuneração dos seus egressos em R\$ 137 mil (32%) ao longo da vida, por meio de aumento na taxa de ocupação (R\$ 51 mil) e na remuneração (R\$ 86 mil). Como o custo dessa modalidade é em torno de R\$ 16 mil, a política pública tem uma relação custo benefício de 1 para 8,6, ou seja, para cada real gasto, o jovem terá 8,6 de retorno, caso conclua o curso.

Andrezza Rosalém

O cerne dos estudos compilados no livro é o impacto significativo da Educação Profissional e Tecnológica (EPTNM) na empregabilidade e remuneração de seus egressos, uma conclusão baseada na análise de 76 estimativas. Um aspecto importante é a variação desse impacto, influenciado por fatores como o nível de escolaridade do egresso e a natureza do emprego (formal versus informal, dentro ou fora da área de formação). Observando a empregabilidade desses egressos, nota-se que ela é 5 pontos percentuais maior comparada àqueles que não fizeram educação profissional e tecnológica. Especificamente entre indivíduos com no máximo Ensino Médio completo, esse aumento na empregabilidade pode alcançar 7,6 pontos percentuais. Em suma, a EPT não apenas eleva as chances de conseguir um emprego, mas também aumenta a probabilidade de este ser formal.

Instituto Millenium

Acredita que o ensino técnico é subestimado no Brasil por uma questão cultural ou faltam políticas públicas relacionadas a isso? Hoje o ensino técnico carece de prestígio, é visto como uma modalidade de ensino inferior, reservada às classes mais populares. O fato de não ser atrativo à classe média mina também o interesse dos mais pobres?

Laura Müller Machado

Talvez a sociedade não saiba os ganhos de cursar o ensino técnico, existe uma assimetria de informação.

Andreza Rosalém

Concordo com Laura sobre como a falta de prestígio ou o desinteresse pelo ensino técnico pode estar parcialmente ligado à assimetria de informação. No entanto, acredito que a baixa adesão ao Ensino Profissional e Técnico de Nível Médio (EPTNM) no Brasil seja o resultado de uma combinação de fatores, incluindo questões culturais e políticas públicas ineficazes.

Historicamente, tanto no Brasil quanto em outros países, observa-se uma valorização mais acentuada do ensino superior em detrimento do técnico. As universidades são frequentemente vistas como o passo natural após o Ensino Médio, vinculadas a um status social elevado e a melhores oportunidades de carreira. Por outro lado, o ensino técnico muitas vezes é visto como uma alternativa de “segundo nível”, destinada àqueles que não conseguiram ou não têm recursos financeiros para ingressar no ensino superior.

Quanto às políticas públicas, apesar de o Brasil contar com programas de ensino técnico, como o PRONATEC, percebe-se a necessidade de políticas mais robustas. Essas políticas deveriam fomentar a integração entre teoria e prática, estabelecer parcerias com o setor privado e traçar um caminho claro para o emprego após a formação técnica.

Outro fator relevante é a falta de reconhecimento e valorização das habilidades técnicas no mercado de trabalho brasileiro, onde muitas vezes se prefere contratar graduados universitários, mesmo para posições que, tecnicamente, seriam mais adequadas a profissionais com formação técnica.

E sim, a classe média frequentemente exerce influência significativa sobre as tendências educacionais e as percepções sociais. A preferência por diplomas universitários pode desencorajar pessoas de todas as classes sociais a buscar o ensino técnico. Se essa modalidade de ensino não atrai a classe média, isso pode reforçar a ideia de que é uma opção de menor valor. Tal percepção, por sua vez, pode afetar negativamente a visão dos menos favorecidos economicamente e desestimular sua participação no ensino técnico.

Instituto Millenium

As necessidades do mercado de trabalho são específicas e mudam com certa frequência. Por outro lado, o tempo do governo para se adaptar a essas necessidades e mudanças costuma ser mais lento. Como criar políticas públicas para o ensino técnico que sejam conectadas com o mercado de trabalho? Como devem ocorrer as decisões sobre quais cursos oferecer, por exemplo, para que não haja um descolamento entre oferta e demanda, como ocorre hoje em muitos cursos universitários?

Laura Müller Machado

Precisam existir instâncias de diálogo permanente entre o setor produtivo e os centros de oferta de ensino técnico.

Andrezza Rosalém

Para criar políticas públicas efetivas para o EPT que estejam alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho, é necessário um planejamento estratégico e uma ação integrada entre várias partes interessadas. Algumas estratégias que poderiam ser adotadas: (i) Termos um diagnóstico do mercado de trabalho, com análises contínuas para identificar áreas com alta demanda por profissionais técnicos; (ii) Criação de conselhos setoriais com representantes da indústria, do governo, de instituições de ensino técnico e do setor de trabalho para discutir necessidades e tendências. Esses conselhos poderiam ter um papel mais atuante na atualização do currículo técnico, garantindo que estejam alinhados com as necessidades do mercado; (iii) Parcerias com o setor privado para desenvolver programas de estágio, treinamento e aprendizado que preparem os estudantes para as necessidades reais do mercado; (iv) Flexibilização do currículo, pensar em currículos modulares que permitam rápida adaptação às mudanças nas demandas do mercado. Permitir que os alunos personalizem parte de seus cursos escolhendo módulos que atendam a seus interesses e também a nichos de mercado; (v) Oferecer incentivos, como subsídios ou bolsas de estudo, para cursos que atendam a setores com alta demanda por mão de obra qualificada; (vi) Investir em pesquisas prospectivas para prever as habilidades necessárias no futuro, considerando a evolução tecnológica e as mudanças econômicas globais; e (vii) Implementar sistemas de acompanhamento de egressos para avaliar sua inserção no mercado de trabalho e o sucesso de diferentes cursos.

Instituto Millenium

Será que os rendimentos do ensino técnico para quem o faz só não são mais altos justamente porque há pouca oferta desses profissionais para muita demanda? Com a popularização dessa modalidade, os rendimentos podem decrescer?

Laura Müller Machado

Considerando que o ensino técnico vai elevar a qualidade do capital humano, aumentando a produtividade, em um ambiente sem barreiras para o investimento de capital, esses retornos não devem cair. É por isso que, na Europa, os salários são maiores, um maior capital humano aumenta o investimento.

Andrezza Rosalém

Concordo com a Laura, o fato da EPT elevar a qualidade do capital humano, aumentando a produtividade do trabalho, garante que não haja uma perda salarial.

Instituto Millenium

De que maneira o ensino técnico pode preparar os estudantes para as rápidas mudanças tecnológicas e a automação em diversos setores?

Laura Müller Machado

A educação de forma geral precisa estar atenta à habilidade de aprender. O aprendizado ao longo da vida é importante, mas não sei se isso deveria estar no ensino técnico, deveria estar na educação básica. De forma a que essa aquisição de habilidade, ou qualquer outra, seja possível de ser desenvolvida ao longo da vida, e não apenas nos cursos técnicos em si.

Andrezza Rosalém

A habilidade de adaptação às mudanças, idealmente deveria ser desenvolvida desde a educação básica. No entanto, pode ser aprimorada através do ensino técnico, preparando os estudantes para as rápidas evoluções tecnológicas e da automação. A EPT pode atuar em várias frentes para equipar os estudantes: (i) Flexibilidade Curricular: Adotar uma abordagem de atualização contínua dos currículos, incorporando as mais recentes tecnologias e práticas. Isso assegura que os alunos adquiram habilidades pertinentes e atualizadas; (ii) Experiências práticas: Proporcionar laboratórios, simulações e estágios que permitam aos estudantes aplicar o conhecimento em contextos reais; (iii) Parcerias: Promover colaborações com empresas e setores líderes em adoção tecnológica, garantindo que a formação esteja em consonância com as inovações do mercado, e; (iv) Fomento ao empreendedorismo e inovação: Oferecer cursos focados em empreendedorismo e inovação, preparando os alunos para criar e gerenciar negócios próprios, especialmente em setores tecnológicos.

O PISA mostrou um resultado trágico da oferta estatal de educação

Repercutindo o resultado do PISA, divulgado nesta semana, o professor do Insper e estudioso da área de educação, Fernando Schüler, fez uma análise do caso brasileiro. Para ele, a crise na educação em nosso país é endereçada especificamente ao setor público, já que o setor privado obteve resultados satisfatórios.

Ele criticou o modelo atual de gestão educacional no país, o qual julga que falta accountability e incentivos adequados para as boas práticas.

Fernando Schüler

Fernando Schüler é professor e pesquisador no Insper e Especialista em Políticas Públicas.

Publicada em 08/12/2023



Instituto Millenium

Considerando a tendência global de queda nos indicadores educacionais devido à pandemia, como os resultados do Brasil se comparam com os de outros países que enfrentaram desafios semelhantes? Existe algo específico na abordagem brasileira ao fechamento de escolas que possa ter exacerbado o declínio?

Fernando Schüler

No Brasil, não houve um planejamento ou coordenação, em nível nacional, de modo que cada Estado e cada município adotou um procedimento próprio. Na maior parte dos estados, não houve treinamento adequados dos professores, entrega de tablets e conexões a tempo, nem a adequada migração das aulas para o espaço digital. E houve também muita demora no retorno às aulas presenciais. De modo que não há nenhum indicador que possa explicar a perda relativamente menor de pontuação obtida pelo Brasil, relativamente aos países da OCDE. Uma explicação provável é que nosso padrão de aprendizagem já vinha muito abaixo da média do PISA, de modo que o efeito da pandemia, e da paralisação das aulas foi relativamente menor.

Instituto Millenium

O pior resultado foi em Matemática, o que não é um fato novo no Brasil. Estamos entre os 20 piores do mundo nesta disciplina. A que você atribui esse desempenho particularmente ruim?

Fernando Schüler

É preciso fazer um reparo aqui. Há uma leitura equivocada dos resultados do PISA. O teste não mostra um “desempenho ruim” da educação brasileira. Ele mostra um resultado, diria, trágico, da oferta estatal de educação, provida pelos governos estaduais e municipais. Isto é fácil de verificar, observando-se a estratificação da amostra do exame. Os alunos das redes privadas de ensino, que totalizam 13,3% dos alunos, ficaram com uma média global de 456 pontos, próximo à nota norte-americana; os alunos das redes estaduais, que somam dois terços dos estudantes, têm nota de 360 pontos. É um abismo de quase cem pontos. São dois brasis. Nossa educação privada não está em crise. A crise se concentra na oferta estatal de educação, e é nela que devemos prestar atenção. Nossso problema não é o ensino de matemática, leitura ou ciências. É a escola estatal que simplesmente não funciona, para quase nada, no Brasil.

Instituto Millenium

Apesar dos significativos investimentos em educação, o Brasil não tem visto melhorias nos resultados do PISA. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos que impedem que esses investimentos se traduzam em melhores resultados educacionais?

Fernando Schüler

A chamada “escola pública” no Brasil, sofre com os mesmos problemas da provisão estatal de serviços, nas áreas não exclusivas de Estado. Hospitais, presídios, parques e museus estatais. O sistema não é orientado para resultados, nem sensível a resultados. O centro do sistema não é o usuário, ou o aprendizado dos alunos, de modo que não se deveria esperar nenhum resultado muito melhor do que o que temos obtido. O sistema como um todo carece de accountability - ou “responsabilização” - dos agentes que lidam com a educação. Os professores não podem ser demitidos, e sua remuneração é insensível à performance; as escolas não são punidas ou premiadas se obtém bons ou péssimos resultados. Há uma enorme carga burocrática sobre as escolas, que inclui a obediência à lei das licitações e a centralização orçamentária e administrativa. O Estado, por sua vez, detém o monopólio da provisão escolar, designando a escola dos alunos pelo número do CEP. Não há, portanto, competição, nem alternativa aos pais e famílias, quando não estão satisfeitos com o ensino dado a seus filhos. O Congresso ainda votou, em 2020, a completa proibição para que o FUNDEB financie modelos alternativos, de escolas charter, isto é, parcerias com o setor privado sem fins lucrativos, e o modelo das PPPs ainda não foi testado para a gestão educacional. Da forma como nosso modelo estatal foi desenhado, não se deveria esperar nenhum resultado melhor do que o que temos obtido, historicamente.

Futuro das Cidades

Revisão do zoneamento de São Paulo é tímida, mas está na direção certa

Voltou à pauta o projeto de revisão da Lei de Zoneamento da cidade de São Paulo. O projeto chegou a ser barrado por uma liminar do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MSTS), mas agora já está novamente liberado para votação na Câmara de Vereadores.

Para entender melhor o projeto, suas implicações e o que realmente está em jogo com o adensamento, o Instituto Millenium conversou com Felipe Cavalcante, Coordenador do Movimento Somos Cidade e Fundador da ADIT Brasil. Ele acredita que, apesar das muitas concessões abertas, o projeto segue sendo benéfico, e que há muita agenda política por trás das manifestações contrárias.

Felipe Cavalcante

Felipe Cavalcante é coordenador do Movimento Somos Cidade e fundador da ADIT Brasil.



Publicada em 11/12/2023

Instituto Millenium

O projeto original já passou por muitas mudanças, abriu muitas concessões à pauta “anti-adensamento”. Qual o saldo final? Ainda será um bom projeto para o urbanismo de São Paulo?

Felipe Cavalcante

Na verdade, em termos de direção, ele está indo na direção correta em relação ao urbanismo e adensamento da cidade, mas ainda numa velocidade muito, muito pequena. Eu acho que essa questão do adensamento está muito atrelada ainda aos corredores de transporte, e que ela cria disfunções. Tem muita gente que não quer morar no corredor de transporte e acaba gerando esse tipo de problema como a gente teve com os NRs também aqui. Eu acho que o adensamento tem que ocorrer onde as pessoas querem morar.

Existem áreas da cidade, como os Jardins, que são preservados, que deveriam ter um processo de maior adensamento, e várias outras áreas da cidades, inclusive os famosos meios de quadra, onde, por algum motivo, não é possível adensar. Então, acho que o novo zoneamento começa a dar alguns sinais de que vai transferir da teoria para a prática o que todos os urbanistas defendem, de que o adensamento é algo positivo, inclusive para o meio ambiente, para vitalidade das cidades, para oferta de serviços e para redução de custos de infraestrutura. Mas falta muito ainda para quebrar alguns tabus.

Instituto Millenium

Quais as principais mudanças que você faria no projeto?

Felipe Cavalcante

Acho que essa questão do adensamento é a grande questão do plano diretor, de onde se deve adensar ou não. Acho que ninguém, nenhum planejador urbano, tem condições de decidir o que deve ser construído e quanto, em cada quadra da cidade, em cada lote da cidade. Então, sem sombra de dúvida, eu aumentaria em primeiro lugar o potencial de coeficiente construtivo. Em segundo lugar, eu também reduziria – isso é crucial – a quantidade de zonas e de regras para lotes, para quadras. Simplificaria demais o zoneamento da cidade, que ainda é um zoneamento muito baseado no modernismo, no zoneamento funcional: o que pode ser feito, em qual local, em que tipo de indústria, que tipo de comércio. Hoje a gente não tem mais aqueles problemas de indústrias poluidoras que tínhamos cem ou cento e cinquenta anos atrás, então seria muito mais fácil dizer apenas que determinados tipos de atividades que causam ruído, que causam barulho, que causam poluição, são proibidas em determinadas zonas. Então acho que para mim esse zoneamento mais focado

na performance e nos indicadores ambientais do que exatamente em que tipo de atividade pode ser feita, seria uma grande mudança, além de que, junto com isso, obviamente, de simplificar demais o zoneamento e aumentar o potencial construtivo em toda a cidade, gerando um choque de oferta de moradia.

O objetivo do planejador urbano tem que ser aumentar a oferta de moradia acessível, além da gestão do espaço público e da mobilidade. Então, no que se refere a ofertar moradia acessível, sem sombra de dúvida, o que daria o maior resultado seria um grande aumento na oferta de moradia na cidade.

Instituto Millenium

Quais seriam as vantagens de um maior adensamento para uma cidade como São Paulo?
Em que grande metrópole mundial deveríamos nos inspirar?

Felipe Cavalcante

O adensamento, não só para a cidade de São Paulo, mas para qualquer cidade do mundo, em primeiro lugar, tem como vantagem, no momento em que a gente está hoje, a questão ambiental. Quanto mais adensada uma cidade, menos espraiada ela será. A ocupação das periferias das cidades geram muito mais consumo de energia, contribuem muito mais para o aquecimento global, além de destruir mananciais, áreas verdes, áreas de agricultura.

Mas, fora isso, no nosso caso de São Paulo, ela é mais cruel ainda, porque ela empurra para a periferia as pessoas mais pobres. Como existe um grande crescimento, como o adensamento é combatido nas zonas centrais dotadas de infraestrutura, a escassa oferta de moradia nessas regiões acaba sendo ocupada por quem tem mais dinheiro, pela classe alta e pela classe média. Isso gera um efeito cascata, que vai empurrando os mais pobres para a periferia, que tem que andar duas, três horas, de transporte público para chegar nos empregos. Esse para mim é o maior problema, é o maior benefício de se alcançar a cidade, junto com o meio ambiente. Fora isso, na redução do custo de infraestrutura, imagina que, se você tivesse mil pessoas morando numa região, se você passa a ter 10.000, você tem que ter muito mais, não só investimento em infraestruturas de água, esgoto, energia, etc., mas em serviços públicos, como o lixo e vários outros.

O outro fator que beneficia muito é que o adensamento gera a possibilidade, por ter uma maior quantidade de pessoas em determinada região, de haver viabilidade econômica para maior quantidade de oferta de serviços e comércio. Isso a gente vê na periferia, especialmente como existem empreendimentos em regiões com baixíssimo adensamento,

como é muito mais difícil esses comércios se estabelecerem. A questão da caminhabilidade, de cidade para as pessoas também, vem atrelada ao adensamento. Não tem como se criar lugares caminháveis que não sejam voltados para as pessoas, extremamente desadensados. É preciso haver vida na rua e haver coisas interessantes para as pessoas verem.

Instituto Millenium

São Paulo tem hoje um déficit habitacional de 369 mil moradias, segundo o IBGE. Sabemos que as restrições de adensamento e dificuldades de construções, de uma forma geral, são grandes causas desse déficit. No entanto, um dos movimentos que são contra regras mais flexíveis é justamente o MSTS, que em teoria luta para que as pessoas tenham acesso à moradia, mas chegou a conseguir uma liminar para barrar a tramitação do projeto. Não parece um contrassenso?

Felipe Cavalcante

Não só o MTST, mas diversas entidades de arquitetura, de academia, são contra o adensamento na prática e são contra o plano diretor. Essas entidades acabam se atrelando a coisas do passado e a um estilo urbanista de zoneamentos monofuncionais de maior controle do planejamento urbano em si, dizendo às pessoas onde elas devem morar, em que tamanho de unidade elas devem morar, quais são as classificações das unidades. Fora isso, sem sombra de dúvida, existe uma agenda política muito forte com todas essas entidades que combatem os planos diretores. Você vê que nos planos diretores feitos pela chamada ‘direita’ sempre há muitas ações judiciais e questionamentos.

Nos feitos pela esquerda, como em 2014, nunca houve nenhuma ação. Então, a agenda política está tentando tomar conta também dessa discussão. Existem também associações de bairros, de moradores de classe média e alta que também entram na Justiça sempre que seus interesses e benefícios não são atendidos. Eles tentam barrar o adensamento e a ocupação das melhores áreas da cidade para que fiquem morando em casas no centro da cidade, com toda a estrutura do lado do metrô. Esses são alguns pontos. E, especialmente, uma coisa que está crescendo muito, que é a tentativa de, ao não conseguir com que seus pleitos sejam atendidos no plano diretor, essas pessoas recorrerem à Justiça para tentar, com isso, no mínimo, protelar o encaminhamento.

Instituto Millenium

Existe uma crítica recorrente de que o maior adensamento perto do metrô não atingiu o objetivo, e acabou servindo mais para Airbnb. Como responder a essa crítica e como resolver esse problema, se é que isso é um problema?

Felipe Cavalcante

Isso nasce, primeiro de tudo, de uma certa desconexão com a realidade, uma ingenuidade de entender como é que o mundo real funciona. Os lugares mais caros da cidade, os lugares mais desejados, com mais infraestrutura, têm os terrenos mais caros. Não é possível haver habitação social nesses locais se não for através de um extremo e alto subsídio do poder público. O terreno é o item mais caro do empreendimento, então ele sempre vai refletir no preço da unidade, porque o tijolo é o mesmo na periferia ou no centro. Então, em primeiro lugar, as pessoas têm que entender como funciona a economia, a economia urbana, a oferta e a demanda. Sem isso, não adianta. Eles vão querer que construam unidades de quarto e sala ou estúdio para serem ocupados por habitação social, quando, na verdade, o mercado não funciona assim. Então, esse é o maior problema. Essas pessoas, na verdade, são contra o adensamento, de maneira geral. Elas querem manter o status quo e elas ficam encontrando argumentos para combater o adensamento. Um deles, especialmente muito atrelado à esquerda, é dizer que o adensamento só é justificado se ele for feito para gerar habitação social e não para oferta de mercado. A habitação do mercado é fundamental, através de um processo chamado filtragem, onde a oferta de empreendimentos de alto padrão nas regiões centrais fazem com que vá trazendo para mais próximo da cidade as pessoas mais pobres, do mesmo jeito que no oposto, onde existe escassez de recursos, escassez de oferta de moradia nas zonas centrais, vai empurrando para mais longe as pessoas mais pobres.

Instituto Millenium

Na sua opinião, quais foram os principais acertos e defeitos do plano diretor vigente? Como ele está influenciando a elaboração e a discussão em torno do novo plano diretor?

Felipe Cavalcante

Sem sombra de dúvida, ele caminhou na direção certa, numa cidade mais voltada para as pessoas, retornando com fachada ativa, uso misto, ainda de maneira muito incipiente, tímida, mas foi na direção correta. Por outro lado, ele peca por, mais uma vez, não considerar como as coisas funcionam no mundo real, tentar impor soluções que já se provaram erradas em vários lugares do mundo e que estão desconectadas da realidade do mercado.

As medidas de ajuste fiscal na Argentina

Em um momento crítico para a economia argentina, marcado por elevada inflação e desafios fiscais, o governo do recém-empossado presidente Javier Milei anunciou um conjunto de medidas de ajuste econômico. Neste contexto, Aod Cunha, ofereceu uma entrevista ao Instituto Millenium com uma análise detalhada dessas ações. Com experiência em instituições financeiras de renome e em cargos de liderança no serviço público, Cunha avalia os aspectos técnicos das medidas, suas possíveis repercussões e a viabilidade política de sua implementação. A entrevista aborda também as implicações dessas políticas para as relações comerciais Brasil-Argentina, fornecendo uma perspectiva pragmática sobre os desafios econômicos enfrentados pela Argentina e seu impacto regional.



Aod Cunha

Aod Cunha é economista e ex-secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Instituto Millenium

Como o senhor descreveria o estado atual da economia argentina e quais foram os principais fatores que levaram o governo a implementar estas novas medidas econômicas?

Aod Cunha

A economia argentina se deteriorou significativamente no último governo. A inflação ultrapassa 150% no acumulado de 12 meses. O país enfrenta uma recessão, com o PIB caindo mais de 2,5% e índices de pobreza ultrapassando 40% da população. Além disso, o câmbio e os preços relativos estão completamente desalinhados devido a um conjunto de subsídios concedidos ao longo dos últimos anos. Em resumo, a situação é de completa desorganização causada por más políticas macro e microeconômicas.

Há pouco espaço para gradualismo. Os preços devem aumentar ainda mais, e a única forma de se estabilizarem eventualmente é através de uma combinação de forte ajuste fiscal com a crença dos agentes econômicos na exequibilidade do plano, incluindo sustentabilidade política e apoio do FMI.

Instituto Millenium

Poderia nos explicar, em termos gerais, o que compreende o pacote de medidas econômicas anunciado ontem? Além disso, esse pacote representa a totalidade das ações planejadas pelo governo, ou podemos esperar anúncios adicionais de medidas de ajuste no futuro?

Aod Cunha

O novo governo, por meio do anúncio de medidas do Ministro Caputo, parte de um diagnóstico correto: a origem de vários problemas macroeconômicos da Argentina, incluindo inflação e pobreza, decorre de um persistente e descontrolado déficit público. Se este não for enfrentado rapidamente e na magnitude adequada, nenhum plano será eficaz.

Diante desse diagnóstico, o plano se inicia com um conjunto de reduções de despesas correntes e corte de subsídios. Ademais, considerando a escassez de dólares e o descontrole da taxa de câmbio, foi necessário anunciar uma taxa de câmbio mais favorável aos exportadores e um controle temporário do fluxo de importações.

Não menos importante, medidas compensatórias de transferência de renda para os mais pobres foram anunciadas, tendo em vista o aumento esperado da inflação nos próximos meses.

O anúncio carece de maior detalhamento do impacto estimado de cada medida e, principalmente, de estimativas mais precisas do esforço fiscal. Creio que nas próximas semanas e meses, o governo precisará anunciar novas medidas e ajustar as frentes de esforço fiscal, flutuações de câmbio, preços, financiamento externo e medidas mitigatórias para os mais pobres.

Instituto Millenium

Existe alguma semelhança entre as medidas anunciadas na Argentina e as adotadas no Brasil durante a luta contra a inflação na década de 80? Em particular, o Plano Real brasileiro teve abordagens semelhantes às que estão sendo implementadas agora na Argentina?

Aod Cunha

Sinto falta de uma visão mais clara sobre como a Argentina enfrentará o movimento inercial de preços em um momento de alta aceleração inflacionária. No caso do Brasil, isso foi bem articulado com o mecanismo da URV.

Por outro lado, sabemos que, ao fixar o câmbio no Brasil em 1994 sem um ajuste fiscal mais rigoroso, foi necessário depois liberá-lo, resultando em um forte aumento das taxas de juros. Somente após 1998/1999, aprofundou-se nas medidas de ajuste fiscal, incluindo a definição de uma meta de superávit primário e a Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto no governo federal quanto nos estados. Neste aspecto fiscal, parece que a Argentina já tem clareza da necessidade de maior rigor desde o início.

Instituto Millenium

Como essas medidas econômicas podem afetar o Brasil, especialmente em termos de comércio bilateral? Que tipo de repercussões podemos esperar na economia e nas relações comerciais entre os dois países?

Aod Cunha

Inicialmente, os exportadores brasileiros podem enfrentar dificuldades, tanto pela deterioração do poder de compra na Argentina quanto pela insuficiência de reservas do Banco Central argentino. No médio e longo prazo, se o plano argentino for bem-sucedido, a situação pode melhorar significativamente, até mesmo em comparação com os últimos anos. No entanto, ainda há um caminho longo e desafiador pela frente.

Um aspecto que pode ser positivo é se a nova política de comércio exterior do governo Milei contribuir para que o Brasil e o Mercosul se mostrem mais abertos ao comércio global. Ainda somos bastante protecionistas e fechados em relação ao comércio internacional.

Instituto Millenium

As medidas foram anunciadas pelo Ministro da Economia e não diretamente pelo Presidente, que havia abordado o assunto de forma mais genérica em sua posse. Você vê sinais de que haverá apoio político sustentado para implementar as medidas de ajuste?

Aod Cunha

Esse talvez seja o grande desafio do governo Milei no início. Como realizar um ajuste intenso e rápido. O desafio consiste em implementar as medidas necessárias e buscar resultados relativamente rápidos antes que a base de apoio dos partidos e da sociedade seja significativamente afetada pelos custos de curto prazo do ajuste. Essa tarefa não é fácil, e além da consistência técnica das medidas, a capacidade de comunicação com a sociedade e de negociação política com partidos e organizações sindicais será crucial.

Reflexões sobre a rejeição de uma nova constituição no Chile

No domingo, 17 de dezembro, o povo chileno rejeitou uma nova constituição em plebiscito, marcando a segunda rejeição em uma sequência iniciada em 2019, quando o país vivenciou um período de intensa crise política. Neste contexto, o Instituto Millenium entrevistou Julio Isamit, advogado e ex-ministro chileno. Aos 30 anos, Isamit já ocupou vários cargos no serviço público, com destaque para o de Ministro de Bienes Nacionales no governo do presidente Sebastián Piñera, e atualmente aprofunda seus estudos em políticas públicas na Universidade de Chicago.

Julio Isamit

Julio Isamit é advogado e ex-ministro chileno.

Publicada em 04/08/2023



Instituto Millenium

Quais foram os principais desafios enfrentados durante o processo de reforma constitucional iniciado em 2019 e como estes influenciaram o resultado do referendo do dia 17 de dezembro?

Julio Isamit

Em outubro de 2019, o governo do presidente Sebastián Piñera experienciou o que hoje é considerado quase uma verdadeira revolução. Trata-se da tentativa de mudar a ordem constitucional vigente pela força, manifestada principalmente através de protestos nas ruas, os quais incluíram inúmeros atos de violência, saques, incêndios de locais públicos, incêndio do metrô de Santiago, saques de supermercados e destruição de infraestrutura pública e privada.

Nesse período, em outubro e novembro de 2019, emergiu na esfera política a ideia generalizada de que o problema chileno era um problema constitucional. Isso se deu, em parte, pela insistência da esquerda e da extrema-esquerda em concentrar todos os problemas do país no debate constitucional e, de certa forma, pela fragilidade dos defensores da liberdade, da centro-direita, em proteger não só a constituição política vigente, mas sobretudo a ordem constitucional e o Estado de Direito. E por que menciono novembro de 2019 para compreender os principais desafios enfrentados nesse processo entre 2019 e 2023? O maior desafio foi a distância dos cidadãos comuns em relação a essa discussão, que lhes parecia totalmente distante e elitista.

Outro grande desafio ocorreu quando a elite política atribuiu cada problema do país, ao longo de 5, 10, 15, 20 anos, ao problema constitucional. Isso gerou uma alta expectativa nessa mudança constitucional, a qual claramente não se materializou na realidade. Por exemplo, sempre que surgia um problema de saúde, educação ou previdência, alegava-se: “Ah, isso não pode melhorar devido à constituição”. Tentou-se, então, mudar a constituição e, em ambos os casos, a cidadania optou por manter a ordem constitucional vigente. Por quê? Gradualmente, pela força dos fatos, percebeu-se que o debate constitucional havia sido apenas uma desculpa para não melhorar a situação social das famílias chilenas ou para lidar com as urgências sociais que haviam sido por muito tempo postergadas.

Instituto Millenium

Considerando que esta é a segunda vez que uma proposta de Constituição é rejeitada, qual é sua análise sobre o impacto político dessa rejeição para os diferentes partidos e para o futuro político do país?

Julio Isamit

É natural que, em qualquer processo eleitoral, os erros não sejam reconhecidos até que as eleições sejam vencidas ou perdidas. No Chile, vivenciamos o processo constitucional de 2022, em que a extrema esquerda obteve ampla maioria na convenção constitucional. Eles apresentaram ao país um projeto totalmente refundacional e de extrema esquerda, que foi rejeitado nas urnas. Apenas após essa rejeição, uma parte da esquerda, mas não toda, admitiu erros na forma e na maneira como as coisas foram feitas, de maneira bastante triste e lamentável, como alguns convencionais de extrema esquerda votando por Zoom do chuveiro. Essas ações foram condenadas. Contudo, a extrema esquerda nunca admitiu um erro nas ideias fundamentais que foram incorporadas no projeto constitucional submetido à deliberação democrática dos chilenos em setembro do ano passado, que, felizmente, foi amplamente rejeitado pela cidadania chilena.

Atualmente, estamos em um segundo processo, que terminou com a eleição do último domingo (17 de dezembro de 2023), na qual a maioria votou contra a mudança da constituição vigente. Portanto, na prática, não existe uma constituição política chilena mais legitimada nas urnas do que a Constituição de 2005, redigida em 1980 durante o governo militar, amplamente reformada em 2005 e ratificada nas urnas em 2022 e 2023. O que observo hoje, nos primeiros dias após a eleição de domingo? Mais do que o reconhecimento de erros, estamos presenciando o que na política é conhecido como “a noite dos longos punhais”, um momento de distribuição de responsabilidades entre os diferentes setores, mas, acima de tudo, de análises interessadas. Isso acontece porque, no Chile, teremos eleições presidenciais em menos de dois anos, e à espera dessas eleições, as análises naturalmente buscam beneficiar cada setor político, atribuindo todas as causas da derrota ao adversário e todas as forças do resultado obtido ao próprio setor. Essa visão interessada ainda não nos permite observar a situação com a profundidade necessária para o momento atual.

Instituto Millenium

Como a rejeição da nova constituição afeta o governo de Gabriel Boric, especialmente em termos de desafios políticos e expectativas iniciais?

Julio Isamit

Como a rejeição da nova constituição afeta o governo de Gabriel Boric, especialmente em termos de desafios políticos e expectativas iniciais?

JI: O governo do presidente Boric apresentou aos chilenos um projeto profundamente refundacional e marcadamente estatista, no qual o Estado era visto como o principal motor do progresso do país. Neste contexto, os setores particulares e privados, assim como suas organizações, eram considerados pouco mais do que meros colaboradores do

Estado, em funções que, no Chile, sempre foram desempenhadas por pessoas, famílias e comunidades, em áreas como educação, saúde, pensões, entre outras importantes. Esse projeto do presidente Boric, de cunho estatista, contrapõe-se à ideia de liberdade que impulsionou o progresso social e econômico do país nos últimos 40 anos. A rejeição dessa nova constituição impactou significativamente o governo Boric, pois o projeto estatista tinha como objetivo final a mudança constitucional.

O grupo político de Boric, a coalizão Frente Amplio, há muito argumentava que o problema do Chile residia na constituição, que esta não possuía legitimidade. Boric chegou a afirmar que qualquer texto redigido em democracia seria superior a um elaborado por quatro generais, uma declaração que denota uma certa ignorância histórica e jurídica, especialmente ao ignorar as inúmeras modificações que a constituição vigente sofreu por governos democraticamente eleitos. No entanto, esse ideal foi frustrado em setembro de 2022, quando os chilenos rejeitaram o projeto constitucional, e novamente no último domingo, ao rejeitarem a mudança da constituição vigente pela segunda vez.

Essa situação afeta politicamente o governo Boric, tanto na narrativa quanto nos desafios políticos concretos. Atualmente, observamos um fortalecimento da centro-direita e da direita. Boric, que foi abandonado pelas ruas e no Congresso, viu a centro-direita, antes em uma situação catastrófica sob o presidente Piñera, ganhar nova vitalidade, com Piñera inclusive figurando entre os cinco potenciais candidatos à presidência. A centro-direita se fortaleceu tanto social quanto politicamente, o que dificulta o avanço de reformas substanciais idealizadas por Boric. O presidente foi forçado a amadurecer, a adotar uma postura mais realista, mudando frequentemente de posição em relação às teses que defendia como candidato e deputado, ao ponto de se comentar sobre suas constantes alterações de postura enquanto presidente em exercício.

Instituto Millenium

Durante o processo, houve reconhecimento de erros ou excessos por parte dos diferentes espectros políticos? Como esses reconhecimentos impactaram nas negociações?

Julio Isamit

Diante das múltiplas rejeições que as propostas tanto da esquerda quanto da direita enfrentaram, três grandes aspectos se tornaram evidentes no debate constitucional chileno. Primeiramente, o grande problema do Chile não era, como a esquerda tentava apresentar, uma questão constitucional. Não se tratava de um problema nas regras do jogo. Nada na constituição política impedia os diversos governos de abordar nossas dificuldades em áreas como educação, saúde ou previdência. Em segundo lugar, no Chile, o grande problema relaciona-se à polarização política vivenciada pela elite do país, especialmente após a

mudança no sistema eleitoral, que facilitou o surgimento de novos e múltiplos partidos políticos. Atualmente, com quase vinte partidos políticos representados no Congresso, torna-se mais desafiador alcançar acordos e promover grandes reformas.

Por exemplo, a reforma das pensões no Chile já perdura por mais de uma década e ainda não foi concluída, principalmente devido à paralisação do Congresso. Um terceiro aspecto importante é que a constituição política chilena reflete, o que é substancial, as ideias e princípios fundamentais que impulsionaram o progresso social e econômico do Chile nos últimos 40 anos. As ideias nela contidas sobre a iniciativa das pessoas, de suas comunidades e organizações, e a colaboração subsidiária do Estado, além do estabelecimento de um catálogo de direitos realizáveis e exigíveis, e não apenas ideais utópicos, permitiram o progresso e o reconhecimento do desenvolvimento vivenciado nos últimos 30 a 40 anos.

Atualmente, no Chile, discute-se uma espécie de renascimento dos 30 anos que foram anteriormente menosprezados, inclusive por alguns de seus próprios protagonistas, como o Presidente Lagos e a Presidente Bachelet. Creio que esses três grandes elementos se destacaram após as últimas duas eleições, possibilitando uma melhor valorização desses 30 anos, o entendimento de que o problema nunca foi exclusivamente constitucional e, em terceiro lugar, as reais possibilidades de progresso dos chilenos no passado e, certamente, para o futuro.

Instituto Millenium

Em ambos os processos, liderados pela esquerda e pela direita, não se conseguiu criar uma Constituição unificadora. Quais são as lições principais que devem ser aprendidas para futuras reformas constitucionais?

Julio Isamit

Apesar de todos os setores políticos declararem que reconhecem ou afirmarem que o processo constitucional no Chile se encerrou e não será mais discutido, eu prefiro atentar para as palavras da ministra porta-voz Camila Vallejo do Partido Comunista. Ela afirmou que o debate constitucional se encerrou no Chile pelo menos pelos próximos dois anos, período que coincide exatamente com o tempo restante do governo do presidente Boric. A extrema esquerda no Chile percebeu que não conseguirá mudar a constituição e que, se tentar fazê-lo, o resultado será muito distante dos sonhos refundacionais e estatistas que apresentaram aos chilenos em setembro de 2022, e que foram categoricamente rejeitados na maioria das comunas e em todas as regiões do país.

Ressalto isso porque a extrema esquerda e a esquerda que governa o país, infelizmente junto com parte do que é conhecido no Chile como socialismo democrático, reconheceram apenas erros de forma na elaboração da constituição, mas não admitiram nenhum erro quanto ao conteúdo, à abordagem identitária e estatista, que implica perda de liberdades e confiança nas pessoas. Isso ocorre porque é nisso que eles acreditam.

No Chile, a esquerda manifestou em um projeto constitucional suas crenças e desejos para o país, e a isso não renunciaram. Portanto, quando me perguntam sobre o futuro do debate constitucional e a possibilidade de um novo processo constituinte, estou convicto de que a esquerda tentará reabrir o debate constitucional quando as circunstâncias permitirem a obtenção de um texto mais alinhado com suas ideias. A esquerda não almeja apenas uma constituição para o Chile, mas sim que suas ideias, seu programa de governo e sua visão de país estejam constitucionalizadas. Eles esperarão até ter a oportunidade de concretizar isso. É uma estratégia tática, mas assim que tiverem a chance, retomarão o tema e farão tudo o que for necessário para impulsioná-lo, como já fizeram no Chile desde 2019.

Reforma nas Compras Públicas: os Impactos do Novo PL 3954/2023

Em entrevista concedida ao Instituto Millenium, Virgínia Bracarense Lopes, renomada especialista em direito e gestão pública, explora os desdobramentos do Projeto de Lei 3954/2023 e seu impacto nas compras públicas no Brasil. A entrevista tem como ênfase demonstrar o impacto da medida sobre a eficiência e a efetividade das compras públicas. O PL 3954/2023, que passou pelo Congresso e agora aguarda sanção presidencial, propõe mudanças significativas na Lei nº 14.133, conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



Virgínia Bracarense Lopes

Virgínia Bracarense Lopes é especialista em direito e gestão pública e atualmente ocupa o cargo de Subsecretária de Compras Públicas em Minas Gerais.

Publicada em 21/12/2023

Instituto Millenium

O PL 3954/2023 foi aprovado rapidamente, gerando diferentes opiniões. Enquanto alguns especialistas expressam preocupações sobre a possível diminuição na transparência e concorrência em licitações públicas, entidades representativas dos municípios veem na lei uma oportunidade de agilizar a aquisição de bens e serviços. Qual é o seu balanço sobre essa lei, considerando essas perspectivas distintas?

Virgínia Bracarense Lopes

O Projeto de Lei 3954/2023, embora robusto em conteúdo, foi aprovado rapidamente, o que é preocupante. A Lei nº 14.133, a nova lei de licitações, ainda não está amplamente utilizada na administração pública, e agora enfrentamos mudanças quase estruturais sem um entendimento completo de sua aplicação. O Tribunal de Contas, especificamente o Ministro Benjamin Zingler, já expressou preocupações sobre o uso limitado da nova lei. Assim, precisamos avaliar o valor e a funcionalidade que o PL 3954 traz. Muitos especialistas, incluindo eu, estão preocupados com a rapidez de sua aprovação dada a complexidade e potenciais impactos que ainda não podemos prever completamente.

Minha preocupação também se estende às possíveis limitações na transparência e concorrência que essa lei pode causar. Embora busque agilizar processos, como no caso da 'carona' em atas de registro de preços a nível municipal, é incerto se isso realmente trará celeridade. É importante lembrar que a Lei nº 14.133 foi criada para promover mais transparência, modernização, concorrência, e qualidade nas contratações públicas. Portanto, vejo com receio essas alterações, questionando se este era o momento adequado para elas, dado que ainda não temos uma avaliação clara dos benefícios ou falhas da nova lei, pela sua aplicação não ser ampla e plena.

Instituto Millenium

O PL 3954/2023 introduz o método de disputa fechada em licitações para serviços de engenharia acima de R\$ 1,5 milhão. Qual poderia ser o impacto dessa mudança nas licitações? E como isso afeta a transparência e a probabilidade de práticas antiéticas?

Virgínia Bracarense Lopes

O PL 3954/2023, ao introduzir o modo de disputa fechado em licitações de engenharia acima de R\$ 1,5 milhão, impacta diretamente a essência da nova lei de licitações. A nova lei estabelece dois critérios de julgamento - aberto e fechado - e permite seu uso isolado ou combinado, com uma limitação específica para o modo fechado em situações onde o critério de julgamento é o menor preço ou o maior desconto. O PL 3954 mantém essa limitação, mas cria uma exceção preocupante para objetos de grande valor, como obras

e serviços especiais de engenharia, serviços comuns de engenharia incluindo serviços técnicos especializados, e serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A preocupação surge ao analisar que serviços comuns de engenharia, que são facilmente descritos em padrões de mercado, geralmente levam ao uso da modalidade do pregão. Este é marcado pelo uso do critério aberto, promovendo transparência e disputa real entre fornecedores. A inclusão de obras e serviços especiais de engenharia no modo de disputa fechado representa um retrocesso, pois remete a práticas antiquadas de entrega de envelope, onde a dinâmica competitiva dos fornecedores não é visível.

Além disso, a especificidade do inciso 2, que trata de serviços comuns de engenharia incluindo aspectos técnicos especializados, gera estranheza. Há uma contradição em agrupar serviços comuns com especializados, pois isto poderia implicar um julgamento de técnica e preço, o que não se alinha com a proposta de uso do pregão para a dimensão dos serviços comuns, que, por sua vez, demandam a aplicação do modo aberto.

Quanto ao serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, é surpreendente vê-los sujeitos ao modo fechado, já que são serviços que podem ser claramente descritos e se encaixam na modalidade do pregão. Assim, a mudança proposta pelo PL 3954 gera uma grande preocupação, pois parece um retrocesso ao limitar a transparência e abrir espaço para práticas menos eficazes em áreas críticas das contratações públicas. Isso contradiz os avanços promovidos pela nova lei de licitações e perpetua práticas que já se mostraram problemáticas.

Instituto Millenium

Uma medida elogiada por associações representativas de municípios no PL 3954/2023 é a adesão a atas de registro de preços de outras cidades. Poderia explicar o que isso significa na prática e se acredita que essa mudança representa um avanço? Isso pode promover colaboração e eficiência nas compras públicas?

Virgínia Bracarense Lopes

O sistema de registro de preços, já amplamente utilizado, é fundamental para melhorar o planejamento e realizar compras centralizadas e compartilhadas, uma abordagem reforçada pela nova lei de licitações, embora não seja um conceito novo. Este sistema tem como ponto crítico a adesão tardia, que ocorre quando uma instituição participa de um procedimento sem ter contribuído para o termo de referência. Isso pode reduzir a capacidade negocial e o ganho em escala, potencialmente resultando em propostas menos vantajosas.

A adesão, conhecida como “carona”, é uma prática que deve ser usada com cautela. Ela deve ser vista dentro do contexto dos princípios da nova lei, como planejamento, eficiência,

economicidade e competitividade. A nova lei destaca a importância do planejamento, tanto em nível macro quanto micro, alinhando-se com estratégias e metas da administração. Portanto, a adesão deve ser considerada uma exceção, usada em situações específicas onde ela ainda se alinha com os princípios da lei.

A possibilidade dos municípios aderirem às atas uns dos outros é um avanço, mas com ressalvas. É preciso considerar que municípios menores podem desequilibrar a relação custo-benefício de uma contratação quando participam como “caronas”. Além disso, essa prática pode levar à venda de atas e afastar a administração da proposta mais vantajosa.

Para promover eficiência e colaboração, é melhor que os municípios trabalhem juntos desde o início do processo de compra, participando do estudo técnico preliminar e do termo de referência. A adesão tardia a uma ata já estabelecida pode ser contraproducente, confrontando os objetivos da legislação. Os gestores municipais devem justificar claramente a vantagem e a necessidade da adesão tardia, avaliando por que essa necessidade não foi prevista no planejamento e se não há outras alternativas disponíveis.

Embora a adesão ofereça uma aparência de agilidade, é essencial considerar o quadro geral e as potenciais externalidades negativas dessa prática. Com quase seis mil municípios no Brasil, é desafiador rastrear e medir a perda de eficiência e vantagem em propostas decorrente dessa prática. Portanto, é crucial melhorar a maturidade e a governança das contratações antes de adotar amplamente essa ferramenta.

Instituto Millenium

O PL 3954/2023 propõe mudanças em uma lei de licitações que ainda está em fase de implementação gradual. Como você avalia a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no Brasil? E, em sua opinião, já era necessário fazer aperfeiçoamentos e adaptações nesta lei?

Virgínia Bracarense Lopes

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos ainda está em fase de implementação, uma tarefa desafiadora, considerando que ela convive com regulamentos antigos e já passou por prorrogação de vigência. Embora a lei possa não ser perfeita, é crucial trabalhar com ela e lembrar que não são apenas as leis que impulsionam grandes transformações, mas também os processos, sistemas e pessoas capacitadas que as operacionalizam.

É prematuro falar sobre aperfeiçoamentos e adaptações significativas da nova lei, visto que não temos uma linha de base para avaliar se já era o momento para tais mudanças. Precisamos primeiramente aplicar a lei para entender o que funciona e o que não funciona. Somente então poderemos propor alterações pertinentes, que podem ser legais, regulamentares ou

procedimentais, ou que possam surgir no âmbito da jurisprudência e doutrina.

Estou preocupada com a maneira como o Projeto de Lei 3954/2023 está sendo conduzido, especialmente em um momento crítico de transição e instabilidade. As mudanças propostas parecem ser complexas e estruturantes, e foram discutidas em um espaço limitado dentro do processo legislativo. É preciso experimentar e usar a nova lei antes de sugerir modificações, pois apenas assim teremos autoridade e dados para determinar o que precisa ser alterado. Parece que estamos tentando mudar com uma mentalidade ancorada em práticas antigas de contratação pública, o que pode ser contraproducente à direção que deveríamos seguir com a nova lei de licitações.

Instituto Millenium

Inovações como a Plataforma Desafios (Contrato Público para Solução Inovadora), Almoxarifado Virtual e contratos de facilities estão mudando as compras públicas no Brasil. Como você vê o futuro dessas práticas nas compras governamentais? A Lei de Licitações e Contratos Administrativos no Brasil da forma como está em vigência ou alterada pelo PL 3954/2023 inclui incentivos ou barreiras para a adoção mais ampla desse tipo de inovação?

Virgínia Bracarense Lopes

A discussão sobre inovações nas compras públicas, como o Almoxarifado Virtual, contratos de facilities e a Plataforma Desafios, é fascinante. A legislação atual serve como uma base para atender às necessidades públicas nas compras governamentais, envolvendo não só o Estado ou o setor público, mas também o mercado e a sociedade. As evoluções legislativas anteriores, como a Lei nº 8.666/93, a lei do pregão e a lei do RDC, já nos mostraram que, apesar de alguns obstáculos, é possível superá-los para manter as compras públicas alinhadas com as necessidades e soluções do momento.

Falando especificamente de inovações como almoxarifado virtual, contratos de facilities, uso de aplicativos para solicitação de veículos, marketplace público, e a necessidade de plataformas de desafios para convidar o mercado e a academia a propor soluções, estas são essenciais. A legislação que está sendo substituída já permitia avanços nessa direção, mas a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133) traz ferramentas ainda mais robustas para continuar essa jornada de inovação. Isso inclui procedimentos como credenciamento, pré-qualificação de fornecedores e serviços, e procedimentos de manifestação de interesse, além de permitir contratos com maior vigência e o fornecimento continuado de bens.

Quanto ao PL 3954/2023, não vejo que ele traz incentivos para essas inovações. Ele parece ter sido proposto sem uma discussão aprofundada e estruturada com especialistas. Além disso, algumas de suas mudanças, como a imposição do modo de disputa fechado para determinados objetos, contradizem as melhores práticas em contratações públicas. Para

avançar em inovações, precisamos de planejamento, estratégia, governança forte, trabalho com indicadores e um ambiente de disputa ampliado para garantir a vantajosidade nas contratações. O conteúdo do PL 3954 não parece alinhado com essas necessidades.

Acredito que a Lei nº 14.133 já fornece as ferramentas necessárias para promover inovações nas compras públicas. O desafio é utilizá-la efetivamente. Alterações na lei devem ser baseadas em experiências reais e práticas, não em suposições, e devem passar por um processo legislativo que seja verdadeiramente democrático e republicano. As inovações que já conseguimos implementar sob as legislações anteriores mostram que a nova lei tem ainda mais potencial para ampliar essas inovações, mas isso não deve ser realizado através de um projeto de lei como o PL 3954, que parece ir contra as tendências atuais e necessárias em compras públicas.

Inovação e Urbanismo: o Impacto da Cidade Urbitá em Brasília

No coração do Distrito Federal, uma transformação urbanística de grande escala está em andamento. Trata-se da Cidade Urbitá, um projeto ambicioso de urbanização em um terreno de 900 hectares, que visa não apenas expandir a área urbana, mas também introduzir um novo paradigma em design urbano e habitacional. Planejada para ser um núcleo polinucleado, a Urbitá promete desafogar o tráfego e o fluxo habitacional do Plano Piloto de Brasília, oferecendo uma alternativa mais sustentável e integrada.

Ricardo Birmann

Ricardo Birmann é o CEO da Urbanizadora Paranoazinho.

Publicada em 21/12/2023



Instituto Millenium

A Cidade Urbitá é o maior empreendimento imobiliário do Brasil. O projeto combina conceitos inovadores no urbanismo brasileiro, como a adoção de escala humana, com noções pioneiras de ‘cidade privada’ e ‘cidade startup’. Como você vê o impacto desse modelo inovador de empreendimento imobiliário na dinâmica urbana e social de Brasília e nas tendências futuras do urbanismo no Brasil?

Ricardo Birmann

A cidade compacta, com usos misturados e escalas mais compatíveis com a nossa fisionomia – daí o nome “escala humana” – vem sendo resgatada desde os anos 60 com o trabalho de pioneiros como Jane Jacobs e Jan Gehl, mas ganhou força no mundo ocidental mais para o final do século passado, quando as consequências negativas do modelo modernista e rodoviário do século XX começaram a ficar mais evidentes.

Apesar de a adoção da escala humana ser relativamente um consenso hoje em dia, o ciclo urbanístico e imobiliário é bastante longo e vai levar muitos anos para vermos um impacto significativo nas cidades brasileiras.

A cada ano que passa, porém, vejo surgir novos empreendimentos Brasil afora incorporando esses conceitos de uma cidade mais caminhável, com cada vez mais foco na qualidade do espaço “fora dos muros”.

Iniciamos recentemente as obras de infraestrutura na Cidade Urbitá e estamos ansiosos para começar os empreendimentos imobiliários ano que vem. Estamos apostando muito nesse modelo de cidade compacta e esperamos que o nosso trabalho aqui ajude outros empreendedores a valorizar e investir nesse tipo de projeto.

Instituto Millenium

Quais estratégias serão adotadas para transformar Urbitá em um celeiro de inovações urbanísticas e tecnológicas? Que ferramentas um empreendimento desse tipo pode utilizar para atrair moradores e fomentar a instalação de talentos e empresas inovadoras em seu espaço? governo, com a apresentação da PEC 32, e também devido ao fato de que vários estados realizaram suas reformas administrativas nos últimos anos, algumas delas com o seu suporte técnico, como consultora. O que você acredita que aprendemos após esses anos debatendo o assunto no âmbito público e no Congresso, bem como com essas experiências dos estados? Houve algum avanço, na sua opinião, em entender qual é o problema?

Ricardo Birmann

Temos esse tipo de debate diariamente em nosso escritório. Não aceitamos soluções prontas de “especialistas”. Questionamos desde as plantas dos apartamentos até os modelos de gestão da infraestrutura da cidade. Do paisagismo ao relacionamento com o corretor. Do papel do síndico no condomínio até a governança das calçadas. A gente fica até meio chato, mas é quase uma cultura de busca obsessiva por formas de inovar o produto imobiliário.

Alguns assuntos a gente acaba não achando uma forma prática de inovar, outros estão muito amarrados por alguma lei ou regulamentação absurda e incontornável, mas em alguns casos a gente acaba conseguindo achar uma oportunidade de inovação e aos poucos vamos agregando pequenas melhorias.

Metro quadrado virou commodity e nosso foco não é disputar preço do metro. O que queremos é proporcionar uma oportunidade de vida urbana que é inexistente em Brasília.

Ao passo que estamos experimentando bastante em nosso produto, também pretendemos trazer empresas e instituições parceiras que possam se beneficiar do ambiente urbano, denso e compacto, com todas as oportunidades de relação e realização de negócios que isso normalmente traz, a fim de que aos poucos a Urbitá vá se tornando um verdadeiro laboratório urbano de inovação.

Já estamos fechando parcerias com algumas marcas que querem estar associadas a esse tipo de desenvolvimento e devemos ter algumas operações comerciais funcionando antes inclusive dos primeiros apartamentos estarem sendo ocupados.

Instituto Millenium

O projeto Urbitá inclui a adoção de uma série de elementos urbanísticos que privilegiam o pedestre, como fachadas ativas e escala humana. Como esses elementos serão empregados para criar espaços comunitários dinâmicos e fomentar uma nova forma de interação social evitando os prejuízos de condomínio fechado?

Ricardo Birmann

As ruas da Urbitá são abertas e integradas à região e aos bairros vizinhos. Isso é fundamental para que as pessoas possam chegar e sair da Urbitá de forma eficiente, com várias opções de trajeto e com fluidez.

Dentro de cada quarteirão, porém, os nossos edifícios serão condomínios totalmente fechados e seguros. A diferença é que a área condominial não é cercada por muros e grades, mas pelo próprio edifício que deve ser obrigatoriamente construído no limite da calçada, isto é, sem os recuos e afastamentos que vemos na maioria dos bairros brasileiros.

Quando o edifício é encostado na calçada e no prédio vizinho, fica mais fácil ativar o pavimento térreo com lojas e outras atividades viradas para a rua. Além disso, a parte residencial fica protegida pelo próprio prédio, o que é muito mais seguro do que uma solução baseada em grades e muros.

Isso não é, obviamente, invenção nossa. Os bairros mais atrativos e mais desejados das melhores cidades do mundo foram construídos desta forma, com o que se chama de “edifício perimetral”.

Esse tipo de modelo intensifica o uso da calçada e favorece deslocamentos a pé ou de bicicleta, o que coloca mais gente na rua e torna a rua mais segura, favorecendo ainda mais o pedestre. É um ciclo virtuoso.

Para acomodar esse tipo de vida urbana, é fundamental que tenhamos excelentes calçadas e esse será um ponto de destaque da Urbitá. Com larguras de 7 metros ou mais, nossas calçadas são extremamente generosas e literalmente teremos mais área de calçada do que de asfalto no empreendimento.

Instituto Millenium

E como Urbitá se integra à cultura e estrutura urbana já existente em Brasília?

Ricardo Birnmann

Para nós é de certa forma um privilégio poder desenvolver a Cidade Urbitá em Brasília, uma cidade que – como poucas – teve um protagonismo global pelo seu planejamento urbano.

É claro que nosso projeto é muito diferente do Plano Piloto de Lucio Costa, mas se a Urbitá puder contribuir minimamente para que Brasília volte a ter protagonismo no debate urbanístico, ficaremos honrados.

A oportunidade que temos não é insistindo na “escala monumental” e nos cruzamentos sem esquina tão tradicionais de Brasília, mas sim trazendo novos elementos, alinhados com os valores urbanos do século XXI, como a escala humana, a sustentabilidade, a caminhabilidade, etc.

Instituto Millenium

Você está envolvido em iniciativas relevantes para o urbanismo em São Paulo, como o

projeto B32, bem como as ações da Fundação Aron Birmann na gestão de parques urbanos. Como esses projetos refletem sua filosofia de desenvolvimento urbano e quais são os aprendizados que estão sendo aplicados em Urbitá?

Ricardo Birmann

Não apenas nos nossos projetos, mas também em algumas iniciativas de outras empresas, temos percebido uma clara tendência de mais aceitação de produtos que têm uma preocupação maior com a cidade e com o desenvolvimento urbano. Tem ficado cada vez mais claro que os brasileiros estão carentes de bom urbanismo.

Isso vai de encontro com um foco em qualidade urbana que tentamos implantar em todos nossos projetos e empreendimentos, especialmente a Urbitá, cujos projetos vêm sendo desenvolvidos há mais de uma década. Nesse período, trabalhamos com inúmeros projetistas, nacionais e internacionais, sempre buscando pessoas e empresas reconhecidas por representarem o estado da arte em seus campos de especialidade.

Um projeto mediano e um projeto excelente têm um custo muito parecido, mas trazem retornos muito diferentes para o produto final. O beneficiário final será sem dúvidas o morador, lojista, usuário ou visitante da Urbitá, que poderão experimentar um ambiente urbano de padrão internacional.

Instituto Millenium

Qual é sua perspectiva sobre o papel da iniciativa privada no desenvolvimento de um urbanismo de qualidade?

Ricardo Birmann

A iniciativa privada tem uma responsabilidade fundamental no progresso da sociedade. As pessoas às vezes têm a impressão de que o governo faz a cidade, controla a economia e promove o desenvolvimento, mas qualquer programa do governo só pode existir se for financiado por uma atividade privada que, antes, tenha gerado valor para a sociedade e deixado uma fatia como imposto.

Toda a produção, todo o emprego, todo o desenvolvimento vêm da iniciativa de pessoas em colaboração voluntária, seja através do comércio ou organizando-se em uma empresa. Nossas cidades só têm ruas, escolas e hospitais, além de novelas, aulas de yoga e conferências de medicina, porque há pessoas que se organizaram e se reuniram, com as competências

e os recursos necessários, para oferecer esses bens e serviços a preços que seus clientes consideram adequado e – voluntariamente – topam pagar.

A livre iniciativa é o motor da sociedade e, na minha visão, esse é um papel que deve ser abraçado com força e responsabilidade pelos empresários. Empresários são as pessoas que investem e se arriscam para entregar solução para um problema específico e é fundamental que eles tenham participação ativa no debate público em torno do tema onde atuam.

Quando os empresários se ausentam desse debate, ele é monopolizado por pessoas e entidades que não estão necessariamente comprometidas com uma eventual mudança de direcionamento, dentre eles o governo, grupos de interesse e a academia. É como a galinha que se dispõe a contribuir com um café da manhã de ovos com bacon, sem consultar a opinião do porco.

Voltando ao urbanismo, a cadeia produtiva envolvida na operação e no desenvolvimento das cidades é imensa e é fundamental que essas pessoas e empresas tenham participação ativa e engajada nos debates importantes, seja coletivamente através de associações e entidades, seja individualmente nos relacionamentos de seu dia a dia.

Instituto Millenium

Vemos cidades ‘startup’ como Gurgaon, Masdar City e Próspera se destacarem por sua autonomia regulatória e gestão privada. Diferente dessas cidades, a Urbitá não é uma jurisdição especial, mas se beneficia de partir de uma grande propriedade privada, o que pode implicar inovações em licenciamentos e modelo de urbanismo. Como essa característica diferencia a Urbitá de outros empreendimentos imobiliários?

Ricardo Birmann

Infelizmente o fato de partirmos de uma grande propriedade privada não nos concede nenhuma flexibilidade ou possibilidade de inovação no licenciamento. Veja que faz quase 15 anos que adquirimos a área e apenas agora estamos iniciando as obras. Se a grande escala tem algum efeito na burocracia e no processo de aprovação, ele é no sentido contrário, de tornar o processo mais lento e mais complexo, infelizmente.

Ainda assim, há inegáveis e importantes diferenças entre a Urbitá e desenvolvimentos urbanos governamentais ou projetos privados de menor escala.

Principalmente, a nossa natureza privada e comprometida com o longo prazo, nos permite olhar para a geração contínua de valor para o nosso futuro usuário. Nossa objetivo é equilibrar o ganho de curto prazo com o potencial de valorização no longuíssimo prazo, a ser compartilhado com os nossos clientes.

Pode não parecer muita coisa, mas por não termos propensão a liquidar ativos buscando maximizar o retorno imediato, conseguimos viabilizar uma série de oportunidades de negócio que em outras circunstâncias não seriam possíveis.

Um bom exemplo é o mercado de locações, que costuma perder para a venda no curto prazo, mas pode ganhar no longo, especialmente numa situação de controle da oferta, gestão de mix comercial etc. É essencialmente o modelo de negócio dos shopping centers, mas numa implantação urbana.

Crescimento Econômico

Lei Rouanet em foco: aprovação recorde de recursos para captação

Uma das grandes polêmicas da internet nos últimos dias foi a aprovação recorde de recursos para captação via Lei Rouanet. O valor, de mais de R\$ 16 bilhões em 2023, supera a soma dos quatro anos do governo passado. O fato soou como uma retribuição à classe artística, que teve papel fundamental na eleição do atual presidente, o que gerou muitas críticas da oposição.

Para entender se houve alguma anormalidade nessa liberação, e quais os seus impactos no orçamento público, o Instituto Millenium entrevistou Sérgio Sá Leitão. Defensor da Lei Rouanet, Leitão Sá acredita que a liberação recorde não terá grandes impactos no orçamento, e que há muitas críticas a essa legislação por preconceito e falta de informação.

Sérgio Sá Leitão

Sérgio Sá Leitão foi ministro da Cultura no governo de Michel Temer e também foi Secretário de Cultura do Estado de São Paulo. Atualmente é consultor sênior da FGV Projetos, presidente do LIDE Cultura e sócio e CEO da produtora audiovisual Cine.E.



Instituto Millenium

Recentemente, houve um salto significativo nos gastos do governo com a Lei Rouanet, ultrapassando 16 bilhões de reais em renúncia fiscal. Em sua opinião, quais são as razões por trás desse aumento e quais preocupações isso traz em termos de políticas públicas e gestão fiscal?

Sérgio Sá Leitão

É preciso esclarecer que o valor divulgado de R\$ 16 bilhões corresponde à soma dos valores que podem ser captados pelos proponentes dos projetos aprovados em 2023 pelo Ministério da Cultura no âmbito da Lei Rouanet. Não se trata do valor total da renúncia fiscal relativa à Lei Rouanet no exercício de 2023. Este dado será divulgado apenas no início de 2024. O teto de renúncia para a Lei Rouanet em 2023 foi, como acontece todos os anos, estabelecido pela Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional. É um valor menor: R\$ 1,6 bilhão. A Lei Orçamentária foi aprovada tendo em vista os parâmetros do ajuste fiscal. Não há, portanto, risco de dano ao ajuste fiscal, ao menos no que diz respeito à Lei Rouanet. Houve de fato uma elevação significativa do número de projetos aprovados e do valor total de captação. Isso se deve basicamente ao fato de que o Governo Bolsonaro estabeleceu normas e práticas operacionais restritivas no que se refere à Lei Rouanet, sobretudo entre 2020 e 2022. Havia portanto uma demanda represada.

Instituto Millenium

A Lei Rouanet tem um modelo que, em teoria, evitaria grandes interferências governamentais na escolha dos projetos. No entanto, há uma visível diferença no teor dos projetos aprovados no governo Bolsonaro e Lula. Enquanto um destinou grandes montantes a projetos do segmento evangélico, por exemplo, o outro retirou o segmento “arte sacra” da lista dos projetos atendidos. O que pode ser feito para evitar esse tipo de interferência?

Sérgio Sá Leitão

A Lei Rouanet é o melhor e mais eficiente e eficaz instrumento de financiamento público da cultura já estabelecido no Brasil. Os resultados positivos ao longo dos mais de 30 anos de vigência são evidentes, como atesta o estudo de impacto econômico realizado em 2018 pela Fundação Getúlio Vargas, a pedido do Ministério da Cultura. Quando o governo interfere mais em seu funcionamento, os resultados pioram; quando se limita a cumprir o papel definido na Lei, os resultados são mais positivos para o setor cultural e a população. O período em que houve maior interferência estatal indevida na Lei Rouanet foi entre 2020 e 2022. Penso que as medidas tomadas em 2023 pelo Governo Lula recolocaram a Lei Rouanet no seu curso legal e necessário. Deve-se entender a Lei Rouanet primeiro como um mecanismo de incentivo a um setor (a economia criativa) que responde por 3,11% do PIB brasileiro e apresenta amplo potencial de crescimento e de contribuição para o

desenvolvimento do Brasil; e segundo, como um mecanismo de ampliação do acesso da população a um direito assegurado pela Constituição, o direito à cultura, que gera um excelente resultado em termos de qualificação dos indivíduos e das relações sociais. Para a Lei Rouanet funcionar bem, basta cumprir adequadamente o texto legal.

Instituto Millenium

Como podemos implementar medidas para garantir que artistas de grande sucesso e recursos financeiros não recebam quantias substanciais de financiamento público, financiado em sua maioria por uma população de baixa renda que enfrenta dificuldades para atender às suas necessidades básicas? Ou isso não é um problema?

Sérgio Sá Leitão

Isso não é um problema. Trata-se de um mito construído ao longo de anos que, infelizmente, não foi devidamente enfrentado e esclarecido. A Lei Rouanet foi muito atacada nos anos 90 e 2000 por parte da esquerda, que a taxava equivocadamente de “neoliberal”. Depois, foi muito atacada nos últimos dez anos por parte da direita, também com base em premissas falsas. A Lei Rouanet é um mecanismo de incentivo fiscal democrático e republicano que existe para estimular o crescimento de um setor estratégico da economia e da vida social, e ampliar o acesso da população a algo fundamental para o bom funcionamento da sociedade. A maior parte dos recursos vai para o funcionamento de museus e centros culturais, a realização de festivais e eventos gratuitos, a preservação do patrimônio histórico e a produção e circulação de espetáculos relevantes de todos os tipos e gêneros. No campo dos museus, por exemplo, apenas os estatais existiriam sem a Lei Rouanet; e mesmo assim, precariamente. É importante destacar, porém, que o incentivo fiscal não pode ser o único mecanismo de financiamento público da cultura; é preciso haver mecanismos de fomento direto, como a Lei Aldir Blanc, que tem um perfil complementar ao da Lei Rouanet.

Instituto Millenium

Como podemos equilibrar o apoio à cultura de artistas menos populares sem impor à população o financiamento de artistas que não escolheriam por vontade própria assistir? A cultura popular não deveria ser algo espontâneo?

Sérgio Sá Leitão

Reitero que a Lei Rouanet deve ser entendida como um mecanismo de estímulo ao desenvolvimento de um setor estratégico da economia e da vida social brasileira, que gera resultados muito positivos em termos econômicos e sociais. Esses resultados são tangíveis (como o elevado impacto na geração de renda e emprego mensurado pela Fundação

Getúlio Vargas no estudo de 2018) e intangíveis (como o impacto positivo na formação dos indivíduos e na qualificação das relações sociais, com efeitos sobre a educação, a saúde, a segurança pública e o turismo, por exemplo). Deve ser entendida também como uma poderosa ferramenta de ampliação do acesso à cultura, que é um direito constitucional, por meio de eventos, projetos, acervos e espetáculos gratuitos ou com ingressos a preços reduzidos. A população se beneficia diretamente da Lei Rouanet no que diz respeito às externalidades positivas dos processos de geração de renda e emprego produzidos e também por meio do acesso facilitado a uma oferta cultural de alta qualidade e grande diversidade.

Instituto Millenium

Acredita que a Lei Rouanet, através de seu modelo atual de financiamento, pode estar contribuindo para distanciar os produtores culturais e artistas do público, reduzindo o ‘skin in the game’ e os mecanismos de feedback entre a audiência e os criadores artísticos?

Sérgio Sá Leitão

A Lei Rouanet impacta positivamente o desenvolvimento da economia criativa no Brasil e as relações entre arte, mercado e consumo. Todos os estudos evidenciam isso. É um fator chave de geração de emprego e renda, de formação de público, de qualificação de artistas, técnicos e gestores culturais, de ampliação, diversificação e qualificação da oferta cultural, de estímulo ao consumo e de ampliação do acesso da população à cultura. Obviamente ela não dá conta de todas as questões. Por isso há o mercado 100% privado e as indústrias culturais, que têm dinâmicas próprias e complementares às geradas pela Lei Rouanet; e por isso deve haver também o fomento público direto, como no caso da Lei Aldir Blanc ou da Lei Paulo Gustavo. É vital que o mercado funcione bem; e que o fomento público direto seja contínuo, como acontece no caso da Lei Rouanet. O público e o privado se complementam e devem funcionar em equilíbrio para que a economia criativa realize o seu potencial de crescimento e de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país. O Brasil tem tudo para se tornar uma das maiores potências culturais e criativas do planeta no Século 21; e isso fará muito bem para a sociedade brasileira.

Instituto Millenium

Existem exemplos internacionais de modelos de financiamento cultural que poderiam inspirar uma reforma da Lei Rouanet, especialmente no sentido de promover uma maior autonomia e participação do setor privado?

Sérgio Sá Leitão

Precisamos deixar o complexo de vira-latas de lado. A Lei Rouanet é um dos melhores e mais reconhecidos mecanismos de incentivo à cultura do planeta. Trata-se de um instrumento de política pública de cultura admirado em muitos países. Já participei de centenas de conferências em todos os continentes, e sempre que abordei a Lei Rouanet a receptividade foi muito positiva. Há diversos aspectos inovadores e até mesmo brilhantes na Lei Rouanet. Ela só funcionou mal quando o poder público não desempenhou adequadamente o seu papel. Se hoje empresas como o Itaú investem centenas de milhões em recursos próprios no setor cultural e criativo, é porque houve um processo de relacionamento com a área, estimulado inicialmente pela Lei Rouanet. Claro que ela pode e deve ser aperfeiçoada; e pode e deve ser complementada por outros mecanismos. Mas é preciso sobretudo preservá-la e valorizá-la; e, claro, valorizar o setor cultural e criativo brasileiro.

**Confira outras entrevistas
e os artigos aqui:**







institutomillenium.org.br



@milleniuminstituto



@instmillenium



Instituto Millenium



Instituto Millenium



Instituto Millenium